

ENTREVISTA: Raquel Teixeira prioriza criação de organismo de apoio à pesquisa

FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL
NÚCLEOS REGIONAIS

GOIÁS **INDUSTRIAL**

Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Goiânia-GO
Março/Abril de 2005
Ano 35 - nº 203



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
Um mundo a ser desvendado
pelas empresas

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Paulo Afonso Ferreira
 Av. Araguaia, 1.544, Ed. Albano Franco,
 Casa da Indústria - Vila Nova
 CEP 74645-070 - Goiânia-GO
 Fone (62) 219-1300 / Fax (62) 229-2975
 Home-page: www.fieg.org.br
 E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

Núcleo Regional da FIEG em Anápolis

Presidente: Waldyr O'Dwyer
 Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
 Bairro Jundiá CEP 75113-630 Anápolis-GO
 Fone/Fax (62) 324-5768 / 311-5565
 E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
 Superintendente: Paulo Vargas
 E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional: Daniel Viana
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
 Home-page: www.ielgo.com.br
 E-mail: iel@sistemafieg.org.br

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas
 Home-page: www.senaigo.com.br
 E-mail: senaigo@senaigo.com.br

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
 Home-page: www.icqbrasil.com.br
 E-mail: icq@icqbrasil.com.br

DIRETORIA DA FIEG

PRESIDENTE

Paulo Afonso Ferreira

PRESIDENTE DE HONRA

José Aquino Porto (*in memoriam*)

1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Alves de Oliveira

2º VICE-PRESIDENTE

Wilson de Oliveira

3º VICE-PRESIDENTE

Heno Jácomo Perillo

VICE-PRESIDENTES

Aloísio Sávio da Silva
 Antônio de Sousa Almeida
 Daniel Viana
 Domingos Vilefort Orzil
 Edmar Sabino Neves
 Eurípedes Felizardo Nunes
 Francisco Gonzaga Pontes
 Frederico Martins Evangelista
 Gregório Vassilive Ferreira
 Humberto Rodrigues de Oliveira
 Izaías Lopes da Silva
 João Essado
 Jorge Luiz Biasuz Meister
 José Antônio Simão
 José Rodrigues Peixoto Neto
 José Vieira Gomide Júnior
 Laerte Simão

Leonardo Jayme de Arimatéa

Luiz Rézio

Mário Renato G. de Azeredo

Orlando Alves Carneiro

Segundo Braoios Martinez

1º SECRETÁRIO

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º SECRETÁRIO

Ivan da Glória Teixeira

1º TESOUREIRO

Hélio Naves

2º TESOUREIRO

Abílio Pereira Soares Júnior

CONSELHO FISCAL

Waldyr O'Dwyer
 Orizomar Araújo Siqueira
 Henrique Wilhem Morg de Andrade

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI

Paulo Afonso Ferreira
 Sandro Antônio Scodro Mabel

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG

Abílio Pereira Soares Júnior
 Aldrovando Divino de Castro Júnior
 Aluísio Quintanilha de Barros

Anísio Queiroz de Carvalho Jr.

Antônio Clóvis Carneiro

Antônio de Sousa Almeida

Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto de Araújo

Carlos Roberto Viana

César Helou

Cláudio Henrique Chini

Cyro Miranda Gifford Júnior

Daniel Viana

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Domingos Vilefort Orzil

Edmar Sabino Neves

Eduardo Cunha Zuppani

Elton de Teles Campos

Emílio Carlos Bittar

Eurípedes Felizardo Nunes

Eurípedes Gomes do Carmo

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Francisco Gonzaga Pontes

Frederico Martins Evangelista

Gilda Leite Pereira

Guimar Alves da Silva

Henrique Wilhem Morg de Andrade

Hélio Naves

Hélio Naves Júnior

Humberto Rodrigues de Oliveira

Jaime Canedo

Jair Rizzi

Jerry de Paula

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Jorge Luiz Biasuz Meister

José Antônio Simão

José Luiz Martin Abuli

José Magno Pato

José Vieira Gomide Júnior

Joviano Teixeira Jardim

Laerte Simão

Leonardo Jayme de Arimatéa

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Antônio Vessani

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Rézio

Marley Antônio Rocha

Milton Tomaz de Lima

Olavo Martins Barros

Onofre Andrade Pereira

Orlando Alves Carneiro

Paulo Afonso Ferreira

Pedro Alves de Oliveira

Raimundo Viana Dutra

Roberto Guimarães Mendes

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wellington Carrijo Soares

Wilson de Oliveira



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Márgara Morais

Reportagem: Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Dehovan Lima, Geraldo Neto, Giovanna Amaral (estagiária), Jávier Godinho, L. Cássia Fernandes e Simão César Ferreira

Colaboração: Wellington da Silva Vieira

Fotografia: Silvío Simões

Diagramação: Utopix Design

Fotolito: Composição Artes Gráficas

Impressão: Gráfica Kelps (Asa Editora)

Errata: Na matéria Mesa boa e barata, ed. 202, página 29, no lugar da palavra crônico-digestivas, leia-se crônico-degenerativas.

Produção e Publicidade



Síntese
 COMUNICAÇÃO

Rua 116 A com 116, nº 12, Setor Sul
 74085-350 Goiânia-GO

Fone: (62) 3093-4014

E-mail: sintesecomunicacao@brturbo.com.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



ÍNDICE

10 Boas idéias são valorizadas

Finalmente o Brasil parece despertar para a inovação tecnológica, começando por incentivar o trabalho hoje feito pelos pesquisadores

18 Especial - Prêmio Finep

Lançamento do evento em Goiás desperta interesse das empresas. Inscrições estão abertas e a edição deste ano traz mudanças

28 Sob medida para as empresas

Trabalhadores se dizem premiados por terem feito o Curso Técnico de Açúcar e Alcool, promovido pelo Senai, para atender usinas goianas

30 Combustível menos poluente

Governo de Goiás cria programa para estimular investimentos em novas alternativas de combustíveis e atrair empresas

Fieg difunde cultura da inovação

Por se tratar de preocupação relativamente nova no Brasil, vale aqui o conceito de inovação tecnológica, proposto pela Confederação Nacional da Indústria (CNI): *é a introdução de novidade no ambiente produtivo, capaz de trazer melhoria de produtividade ou resultar em novos produtos, processos e serviços*. Parte importante das inovações não gera novos produtos, nem processos radicalmente distintos, mas corresponde a inovações incrementais que têm significativo impacto na produtividade das empresas. Com a concorrência em expansão no mercado globalizado, a inovação é uma alavanca fundamental para trazer competitividade e diferenciação às empresas, regiões e aos países, em qualquer segmento industrial em que estejam competindo.

Essa é a idéia que a Federação das Indústrias do Estado de Goiás se empenha em repassar às indústrias goianas, acompanhada de medidas concretas dessa prática. A aprovação, em 2004, da Lei 10.973 (Lei da Inovação), trouxe novo ânimo à formação da cultura de inovação entre nós, por meio de incentivos à pesquisa científica e tecnológica de instituições privadas e públicas, no ambiente das indústrias.



“A implantação da cultura da inovação demanda trabalho, mas a Fieg cumpre esse papel com consciência e determinação”

PAULO AFONSO FERREIRA

As empresas goianas já são as mais numerosas no Prêmio Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) de Inovação Tecnológica, da Agência Brasileira de Inovação, no

Centro-Oeste. Na edição de 2004, envolvendo Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, das 67 indústrias participantes, 31 eram goianas, 4 premiadas no nível regional e 1, no nacional.

Em março último, a Fieg sediou em Goiânia o lançamento da edição 2005 do Prêmio, juntamente com o 2º Fórum de Inovação Tecnológica da Região Centro-Oeste, voltado para o desenvolvimento industrial e a exportação. A Finep, que o promove, privilegia empresas e instituições que investem no desenvolvimento de novos produtos e processos, à procura da inovação e da liderança tecnológica. O processo de inovação é apoiado em todas as suas etapas.

Com a Secretaria de Tecnologia e Ciência do Estado, a Fieg acerta parcerias, uma das quais para realização, em Goiânia, da Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia, em 28 de junho próximo, reunindo educação e inovação tecnológica. O conclave terá fase regional em Campo Grande, dias 17 e 18 de agosto, para concluir em Brasília, de 24 a 27 de outubro, na 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, reunindo universidades, instituições científicas e empresas do País inteiro. ■



O que mostra se a sua empresa está tendo lucro ou prejuízo são os números. Inclusive o do telefone.

**Soluções diferentes, ligações inteligentes:
cliente GVT economiza até 30% na conta de telefone da empresa.**

Com os Planos Economix GVT a sua empresa pode economizar, em média, até 30% ao mês na conta telefônica. Quer saber como? Acesse agora o site www.gvt.com.br e faça uma simulação. Se preferir, ligue 0800 600 2000 e fale com os nossos consultores. O dinheiro que você economiza na conta de telefone pode virar investimento na empresa.

• Franquia única • Linha adicional • Banda larga • Cobrança por minutos • Conta Detalhada na Internet

Para mudar, 0800 600 2000
www.gvt.com.br

Uma professora cuidando da Ciência

Para a secretária estadual de Ciência e Tecnologia, Raquel Teixeira, só se pode promover o desenvolvimento científico-tecnológico em Goiás aproximando aqueles que produzem conhecimento daqueles que produzem riqueza. A criação da Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (Fapego) é o caminho para essa aproximação. Por isso, a Fundação é um de seus projetos prioritários, assim como a elaboração do Plano Diretor para o Ensino Superior no Estado e a implantação do Programa Ciência e Tecnologia com Criatividade, em parceria com o Instituto Sangari. Doutora em Linguística pela Universidade de Berkeley, Califórnia, Raquel Teixeira se vale da experiência como professora e como secretária estadual de Educação para fazer com que a ciência, a tecnologia e a inovação sejam discutidas e apoiadas por toda a sociedade goiana. “O fato de ser professora, de ter lidado a vida inteira com a dinâmica do processo educacional nos dá habilidade para nos inserir no mundo moderno, caracterizado por mudanças constantes”. Pensando justamente nessas mudanças, ela propõe que a Universidade Estadual de Goiás (UEG), jurisdicionada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Sectec), redefina seu papel e ofereça cursos que atendam às novas demandas do mercado.



Goiás Industrial – Quando a Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás estará em funcionamento?

Raquel Teixeira – Esperamos que em agosto ou setembro ela já esteja funcionando efetivamente. As instituições convidadas para

discutir o projeto, que será encaminhado à Assembléia, tiveram um prazo para escolher seus representantes. Enquanto estiver tramitando, no entanto, a comissão irá trabalhar na mobilização da comunidade, na realização de seminários

e até de uma campanha publicitária. A criação da Fundação não envolve apenas a elaboração de um projeto, mas inclui uma série de atividades de conscientização e de mobilização que já estão acontecendo. Eu não gostaria de criar uma fundação de amparo à pesquisa que só a comunidade científica entendesse o que é. A fundação deve ser vista como uma coisa que é boa para Goiás porque vai impulsionar o desenvolvimento científico-tecnológico.

Goiás Industrial – Quais serão as atribuições e competências da fundação?

Raquel Teixeira – A fundação deve financiar e fomentar projetos de pesquisa individuais ou em grupo, definidos pelo comitê científico. Deve financiar ainda qualificação com bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado, assim como eventos científicos, e ter programas especiais nas áreas de interesse do Estado. Sua estrutura poderá seguir os moldes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que

“Eu não gostaria de criar uma fundação de amparo à pesquisa que só a comunidade científica entendesse o que é”

já existe há 40 anos e que tem sido a grande responsável pelo desenvolvimento científico e tecnológico daquele Estado e do País. A exemplo da Fapesp, nossa fundação terá também seus programas específicos, como o da carne, segundo produto de maior exportação em Goiás.

Goiás Industrial – O que será feito para assegurar recursos para essa iniciativa, mesmo após transições políticas?

Raquel Teixeira – É importante que ela tenha repasse regular de recursos, pois não pode

haver interrupção em pesquisa. Por isso nós precisamos fixar um quantitativo exequível. Na época do governador Henrique Santillo, por exemplo, quando se criou a Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento (Emcidec) como órgão de fomento à pesquisa, vinculou-se 3% da receita tributária do Estado. Foi um equívoco, porque quando se estabelece um quantitativo muito grande, se não há a cultura de investimento naquela área, o repasse fica só no papel. Há um entendimento de que desses 3% fixados, 2% vão para a UEG e 1% para a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sectec). O ideal é que a Fundação tenha 1%, mas é preferível começar com 0,3%, ou 0,5%, desde que haja um planejamento gradual de implementação. Além disso, podemos encontrar fontes internacionais de financiamento para o programa do cerrado, por exemplo. É preciso envolver na discussão a sociedade, os produtores de conhecimento e os setores produtivos da iniciativa privada. Assim como

SOLUÇÕES PARA SOLDA E CORTE



ALUGUEL DE MÁQUINAS DE SOLDA, VENDAS E CONSERTOS

(62) 202-2001 / www.alusolda.com.br

aconteceu em São Paulo, é necessário que a área econômica do governo tenha um tempo para se adaptar. Hoje, naquele Estado, 9,57% do ICMS vai para três universidades estaduais: USP, Unicamp e Unesp. Já 1% da receita tributária vai para a Fapesp e ninguém questiona isso, porque há uma cultura sedimentada. Em Goiás, essa é uma coisa nova, recente.

Goiás Industrial – O que irá representar para a UEG e para as outras instituições do Sistema Estadual de Educação Superior o Plano Diretor que está sendo elaborado?

Raquel Teixeira – O Plano Diretor destina-se não só à UEG, mas a todas as unidades do sistema, que é constituído pelas universidades estaduais e municipais, pela Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (Fesurv), Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba, e Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns. Inicialmente, pretende-se fazer um diagnóstico da situação no Estado: quantos alunos saem do ensino médio e são po-

“Uma universidade que é financiada exclusivamente com recursos do Tesouro estadual deve estar a serviço do Estado”

tenciais candidatos ao ensino superior; que tipo de oferta de ensino temos hoje; o que as unidades já existentes absorvem dessa demanda potencial; de que perfil profissional o Estado precisa. Com esse diagnóstico saberemos quais são os cursos tecnológicos, técnicos, sequenciais que as universidades devem oferecer. Nós já identificamos, por exemplo, uma defasagem enorme nas áreas chamadas ciências duras: física, química, biologia, não só para professores do ensino médio, mas pesquisadores e profissionais de nível tecnológico. Já observamos a importância de criarmos cursos temporários, de curta duração, tecnológicos, para atender a uma demanda momentânea. Assim, o Plano Diretor irá voltar-se tanto para a educação profissional quanto para a pós-graduação, pois precisamos expandir as ofertas de mestrados e doutorados em Goiás. Com o apoio da UFG, vamos incrementar essas

ofertas para os próprios professores das instituições estaduais e municipais, como fiz, quando Secretária de Educação, com as licenciaturas parceladas, responsáveis por qualificar professores do ensino fundamental e médio.

Goiás Industrial – A UEG tem se destacado sobretudo como formadora de professores. O que está sendo feito para que ela se afirme também na promoção da pesquisa e na qualificação de profissionais de outras áreas?

Raquel Teixeira – De fato, a UEG está num momento crucial, em que deve assumir um novo papel. Em 1999, apenas 32% da rede estadual tinha curso superior. Graças à UEG, que desempenhou sua missão à época, 80% dos professores já são graduados. Entretanto, essa demanda reprimida acabou, o que obriga a instituição a se repensar. Uma universidade que é financiada exclusivamente com recursos do Tesouro estadual deve estar a serviço do Estado. E é aí que o Plano constitui-se num importante instrumento. A partir das novas demandas, que tipo de profissional deve formar? A UEG deve, portanto, consolidar a qualidade de outras áreas de formação, diferentes da qualificação de professores.

Goiás Industrial – A Sectec está implantando em Goiás, um projeto piloto para formação científica de crianças, em parceria com o Instituto Sangari. Como é esse trabalho?

Raquel Teixeira – O programa Ciência e Tecnologia com Criatividade (CTC) está sendo im-



plantado nas cidades de Goiânia, Aparecida, Trindade e Inhumas, e consiste em trabalhar os temas relativos à ciência na sala de aula com as crianças do ensino fundamental. O Instituto Sangari reúne especialistas e faz para a educação científica o que o Instituto Ayrton Senna faz para a aceleração da aprendizagem. O CTC também irá envolver a família dos estudantes, o que é, aliás, um de seus desafios: colocar as famílias para discutir ciência e tecnologia. O interessante desse programa é justamente isso: as crianças têm tarefas para fazer com os pais, o que pode corrigir aquela visão errônea de que ciência, tecnologia e inovação não têm nada a ver com a vida da gente. Quantas vezes não nos esquecemos de que há todo um trabalho de pesquisa por trás dos pequenos produtos e equipamentos domésticos usados no nosso cotidiano. O projeto vai atingir 120 mil crianças e terá acompanhamento da Unesco.

Goiás Industrial – Em 2004, Goiás foi um dos maiores participantes do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica. Isso é um indicativo de que há no Estado um movimento voltado para inovação tecnológica?

Raquel Teixeira - O Prêmio Finep mostrou que nós temos talentos na área da inovação tecnológica. Só o fato de o Estado ter recebido o primeiro lugar na categoria produto é um estímulo para a pesquisa. Esse reconhecimento reforça o nosso propósito de que a Sectec seja indutora do processo que faz avançar o conhecimento. O nosso grande desafio no século



“O nosso grande desafio no século 21 é saber lidar com o conhecimento”

XXI é saber lidar com o conhecimento. Quando em 1999, eu estive com o ministro de Educação, Ciência e Tecnologia da França, ele me disse o seguinte: a França não está mais interessada em investir em indústria automobilística, de alta costura, nem cosméticos. Sua prioridade é investir na indústria do conhecimento. E é isso que os países do Primeiro Mundo vêm fazendo. Por meio da pesquisa, gera-se conhecimento novo; pelo ensino, difunde-se o que foi acumulado. Mas é por meio da inovação que se transforma o conhecimento puro em conhecimento apli-

cado, em produtos, em bens e serviços. Isso significa transformá-lo em riqueza.

Goiás Industrial – Em que estágio o Brasil se encontra em matéria de inovação tecnológica?

Raquel Teixeira – Infelizmente, nós somos muito ruins nesse aspecto. Avançamos no desenvolvimento científico, hoje 1,5% dos trabalhos internacionais são brasileiros. Entretanto, na área de patentes, nosso índice é muito baixo, de 0,2%. Isso significa que nem esse 1,5% de conhecimento científico está sendo transformado em conhecimento aplicado. Portanto, se nós queremos ter soberania, temos que investir pesadamente em ciência, tecnologia e inovação. Devemos nos lembrar, assim, que o “locus” da inovação não é a universidade, ela faz o conhecimento avançar, mas é a iniciativa privada que sabe as demandas, que tipo de produto o mercado deseja. ■



Pesquisador Josias Corrêa, da Embrapa, cria feijão transgênico resistente ao mosaico dourado, responsável por perdas nas lavouras

Por uma cultura da inovação

Os cientistas brasileiros encontram-se em sua maioria no setor público. Apenas 11% atuam nas empresas privadas. As universidades e outras instituições públicas respondem também por mais de 60% dos gastos nacionais em pesquisa de novas tecnologias. Os dados são do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), responsável por traçar a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Brasil. Reverter esse cenário de baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas, incentivando a emancipação tecnológica do País, é, portanto, o principal desafio da Lei de Inovação Tecnológica, sancionada no final do ano passado.

Visando estimular as empresas a investir em inovação, a lei prevê autorizações para a incubação de empresas no espaço público e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de processos e produtos inovadores.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCT, Francelino Lany de Miranda Grando, ao se permitir o aporte de recursos orçamentários diretamente à empresa, mediante contrapartida e avaliação dos resultados, quebra-se um dogma antiquado e se estabelece um novo paradigma. “Finalmente, tem-se, num país marcado pela tradição ibérica de um estado burocrático e patrimonialista, a supremacia do interesse nacional sobre a histórica, anacrônica, falsa e perversa dicotomia entre o interesse público e o privado”.

Alguns dos principais mecanismos da nova legislação para incentivar a inovação são as bolsas e o pagamento ao servidor público envolvido em pesquisa de um adicional com recursos captados pela própria atividade; a participação nas receitas auferidas pela instituição de origem com o uso da propriedade intelectual e a licença não-remunerada do pesquisador, para a constituição de empresa de base tecnológica.

Para que a lei comece a funcionar efetivamente, no entanto, é necessária não só a regulamentação, mas que os Estados também criem suas legislações próprias. Em Goiás, uma comissão será formada na Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sectec) com essa finalidade. Só as-

sim, os pesquisadores que pertencem a alguma unidade do Sistema Estadual de Ensino Superior, como Universidade Estadual de Goiás (UEG) ou Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (Fesurv), poderão desfrutar das vantagens previstas na lei federal.

“Em Goiás, nós tivemos alguns avanços na Ciência e Tecnologia, com a participação da Sectec”, observa o presidente do Conselho de Competitividade Industrial da Fieg, Ivan da Glória Teixeira. Ele acredita, porém, que “a inovação tecnológica no Brasil ainda está restrita ao meio acadêmico. Não existe a cultura da inovação nas empresas”.

“Inovação é a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, que resulte em novos produtos, processos ou serviços”, diz o texto da lei

COMPREENDER É O PRIMEIRO PASSO

“Para criar essa cultura, é preciso começar por entender bem o que se chama hoje de inovação tecnológica”, lembra o superintendente da Área de Articulação Institucional da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), Carlos Ganem. Na opinião dele, é um equívoco

Bolsas para inovação no Centro-Oeste

Já bastante conhecido no meio acadêmico por ser uma das principais instituições a conceder bolsas para a formação de pesquisadores (mestres, doutores e especialistas em diversas áreas do conhecimento), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também destina recursos para a inovação tecnológica. O Programa de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas em Apoio à Inovação Tecnológica (RHA-E-Inovação) irá liberar ao todo R\$ 29 milhões, R\$ 10 milhões ainda este ano e R\$ 19 milhões em 2006. O dinheiro, proveniente dos Fundos Setoriais Verde-Amarelo (Universidade-Empresa), Biotecnologia, Energia, Saúde e Tecnologia da Informação, será empregado no pagamento de bolsas de fomento tecnológico e bolsas empresariais.

Serão financiados projetos que abordem temas ou aspectos identificados em áreas consideradas prioritárias: semicondutores, software, fármacos e medicamentos, bens de capital, biomassa, biotecnologia e nanotecnologia. O edital irá selecionar ainda projetos em áreas de interesse estratégico para o País, como gestão tecnológica e tecnologias de gestão, energia nuclear, fontes alternativas de energia, aeronáutica e aeroespacial. Podem pleitear os recursos empresas ou entidades empresariais constituídas sob as leis brasileiras.

A novidade deste edital é não só o financiamento direto para as próprias empresas, que deverão contratar os pesquisadores, mas o fato de que, no mínimo 30% dos recursos devem ser alocados em projetos desenvolvidos por instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das agências de desenvolvimento regionais.

Inscrição de projetos

O edital para a inscrição de projetos pode ser obtido no site do CNPq - www.cnpq.br/servicos/editais



Para Carlos Ganem, muitas barreiras precisam ser superadas para se criar uma nova cultura

antigo confundir com inovação tecnológica, a compra de novos equipamentos, de um software novo. “Inovação é a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, que resulte em novos produtos, processos ou serviços”, diz o texto da própria lei.

De acordo com Carlos Ganem, no Brasil, há muitas barreiras culturais a serem superadas. “Nossa economia fechada e protegida dos anos 70 e 80 gerou deformações. Nos anos 90, quando precisaram competir, os empresários tiveram que mostrar coragem e disposição, que surpreenderam até os mais otimistas. Não há, portanto, uma forma única, uma receita para o começo. É necessário sim, ter uma postura inovadora, capaz de destinar recursos para pesquisa e desenvolvimento (P&D), sejam eles próprios da empresa, sejam oriun-

dos das universidades, centros e institutos de P&D”.

O superintendente da Finep lembra também que, durante muito tempo, acreditou-se que investir em inovação era simplesmente adquirir ou licenciar uma determinada tecnologia. “Alguns empresários que fizeram fé cega nessa crença já não estão mais no mercado, porque não conseguiram internalizar na sua empresa essa solução comprada. Agora, queremos aproveitar a nova mão-de-obra egressa dos mestrados e doutorados, uma população crescente, ávida por contribuir e repassar para o setor produtivo o resultado de sua sólida formação. Os empresários devem, portanto, ter acesso às informações que lhes trazem os sites como o da Finep, do CNPq, do MCT e do BNDES.”



Ivan da Glória Teixeira: “Ainda não existe a cultura da inovação nas empresas”

APOIO À PESQUISA EM GOIÁS

Mesmo que os efeitos da Lei de Inovação ainda não se façam sentir, algumas ações sinalizam o surgimento de uma cultura de inovação em Goiás. A Sectec, por exemplo, em parceria com a Finep, concede bolsas a pesquisadores, desde que suas pesquisas visem o desenvolvimento de um produto desejado por alguma empresa. Em 2004, o Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa aprovou 29 projetos nas áreas de agronegócio, engenharia e desenvolvimento técnico, biotecnologia, saúde e educação, cada um no valor de R\$ 80 mil reais. Os recursos ainda serão repassados aos pesquisadores, que deverão encaminhar parte deles às empresas – caminho que poderia ser encurtado caso o edital do programa, de julho de 2004, tivesse sido publicado após a lei federal.

Ainda em junho deste ano, Goiás deve contar também com um laboratório móvel na área de plástico, um veículo com equipamentos, além de pesquisadores que irão percorrer as empresas do setor, detectando problemas tecnológicos e apontando soluções. Trata-se do Programa de Unidades Móveis (Prumo), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa de Tecnologia do Estado de São Paulo (IPT). A unidade será emprestada à Sectec de Goiás, que, junto com o Senai, irá manter uma central para reunir os dados coletados, sugerir soluções ou apontar onde elas poderão ser encontradas. Após a realização desse primeiro piloto, a secretaria pretende desenvolver um laboratório na área de design e confecções.

O programa de incubadoras de empresas, criado com o objetivo de reunir

pesquisadores propensos à criação e empreendedores, é outra ação desenvolvida para estimular a inovação. Com o apoio do Sebrae, sete incubadoras já foram criadas no Estado, no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Goiânia e Jataí; em duas unidades da Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade Salgado de Oliveira (Universo), na Prefeitura de Goianésia e ainda na Fesurv.

ECONOMIA COM INOVAÇÃO

Alguns resultados vindos das incubadoras já podem ser observados. No Cefet de Goiânia, que trabalha com a incubação de empresas há três anos, o programa permitiu o desenvolvimento de um aparelho capaz de reduzir em até 50% a conta de energia elétrica, sem cortes no consumo. O M2E2, um dispositivo óptico que, acoplado ao medidor eletrônico da companhia fornecedora, permite o gerenciamento em tempo real do gasto de energia dos consumidores em larga escala, foi desenvolvido pela Soltec – Soluções Técnicas, uma das 13 empresas incubadas.

“Não fosse o apoio que recebemos da incubadora, certamente o M2E2



O M2E2, criado pela Soltec, gerencia e monitora em tempo real o consumo de energia elétrica. A idéia só saiu do papel graças ao programa de incubadora de empresas do Cefet

continuará sendo apenas uma boa idéia”, diz o eletrotécnico Adilson Almeida que, em parceria com o engenheiro eletricista Carlos Alberto Araújo, criou o aparelho. “O programa permitiu o aprofundamento em pesquisas, o refinamento da tecnologia empregada e o acesso a financiamentos junto a instituições financeiras para que tudo isso fosse viável”, conta.

O equipamento está em fase de testes e deve chegar ao mercado até junho deste ano, custando quase metade

do preço de dois similares produzidos em São Paulo. O M2E2 deve funcionar como uma espécie de fiscalizador da conta e do consumo de energia de empresas públicas e privadas com alta demanda energética (acima de 13,8 KV) que, em função disso, possuam contratos especiais de fornecimento junto às concessionárias. Com as informações captadas pelo M2E2 é possível detectar a necessidade de ajustes na planta da empresa e/ou na forma como utiliza suas máquinas.

Cursos tecnológicos

Se as universidades sentem a falta da colaboração das empresas nas pesquisas que desenvolvem, o mercado também se ressentido do fato de que as instituições nem sempre atendem a suas demandas. A Sectec já demonstrou interesse em promover essa sintonia, criando cursos tecnológicos. O Senai, porém, saiu na frente e deu um passo significativo ao colocar em funcionamento três cursos de graduação tecnológica em Goiás, a exemplo do que já havia feito em

outros Estados – São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O curso de tecnologia em química fármaco-industrial, já na segunda turma, é ministrado em Anápolis. As graduações em automação industrial e redes de computadores, são oferecidas em Goiânia. “Os cursos foram criados depois de uma pesquisa mostrar que em Goiás há uma grande demanda por esses profissionais. Pro-

curou-se, assim, preencher essa lacuna no Estado, que era obrigado a contratá-los fora”, observa o gerente de Educação Profissional do Senai, Manoel Pereira da Costa.

O professor lembra que o Senai transitou da iniciação profissional para a qualificação técnica e agora para a tecnológica, observando que, mesmo quando a instituição dá a formação profissional básica, já está criando o embrião da inovação tecnológica e fazendo o primeiro ali-cerce dessas competências.

Energia que vem do lixo

Assim como o Cefet, também a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Católica de Goiás (UCG) desenvolvem o programa incubadora de empresas. Na UFG, o trabalho só foi iniciado no final do ano passado e, por enquanto, apenas uma empresa, a Nutrial Consultoria em Alimentação e Nutrição Escolar, participa da incubadora. Mas o principal projeto da UFG na área de inovação tecnológica é mesmo a criação do primeiro Parque Tecnológico de Goiás, com recursos inicialmente oferecidos pela Finep. “O parque será projetado dentro das vocações e potencialidades econômicas do Estado e trará os laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas para dentro da universidade”, conta a coordenadora geral de pesquisas da instituição, Maria Clorinda Soares Fioravanti.

Em conjunto com a UCG, os pesquisadores da UFG também planejam criar em Goiânia o primeiro Centro Brasileiro para a Produção de Biocombustíveis Líquidos, Gás de Síntese e Energia Elétrica a partir de Biomassa. A instalação de usina-piloto está prevista para o início de 2006 e o projeto, batizado por Biogen, está orçado em US\$ 30 milhões. A maior parte dos recursos, cerca de US\$ 25 milhões, é pleiteada junto ao Banco Mundial e o restante deve ser repassado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

“Em princípio, montaremos uma pequena usina, em área ainda a ser definida, onde será testada a aplicabilidade da nova tecnologia”, conta Henrique Labaig, coordenador de pesquisas da UCG. Na usina-piloto, com potência de até 3MW de energia e capacidade para processar cerca de 15 toneladas de resíduos sólidos

Evitar danos ao meio ambiente tem sido uma tendência preponderante nas pesquisas em desenvolvimento

ao dia, o lixo urbano será selecionado. Somente o que não tiver condições de reciclagem ou reaproveitamento por meio de outros recursos será submetido ao processo chamado de torre azul.

Labaig explica que a torre azul é um gaseificador a vapor, sem presença de nitrogênio ou gás carbônico e que proporciona um nível muito elevado de hidrogênio, condições que permitem à nova tecnologia oferecer vantagens como a recuperação de todos os metais encontrados na natureza (como o alumínio das em-

balagens Tetra Pak) e eliminar a emissão de gases tóxicos, durante o processo de transformação da biomassa.

A inovação possibilita ainda novos usos para o produto processado, como separação do hidrogênio e produção de gás de síntese, além das aplicações de geração de energia e calor. A partir do gás de síntese, é possível produzir energia elétrica, biocombustível, metanol e gases nobres utilizados nas indústrias alimentícia, química e metalúrgica.

“A grande inovação desse projeto é permitir o reaproveitamento de qualquer tipo de resíduo sólido, diferentemente de outros processos que demandam uma tecnologia específica para cada tipo de resíduo”, explica o vice-reitor da UFG Lázaro Eurípedes Xavier.

INOVAR PARA PRESERVAR

Se depender do pesquisador Renato Cabral Guimarães, da Universidade de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Estadual de Goiás (UEG), o entulho resultante da construção, reforma ou demolição de casas deve ser transformado em asfalto para as cidades. Desde 2003, ele vem estudando a utilização de agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil em revestimentos asfálticos. De acordo com o pesquisador, quando se constrói ou se

demole um imóvel, de 20% a 30% do material utilizado se constitui de resíduos que são descartados nos aterros sanitários ou permanecem em ruas e lotes baldios, gerando graves problemas urbanos.

A pesquisa, um dos quatro projetos voltados para inovação desenvolvidos na UEG, encontra-se em fase bastante avançada e os resultados devem ser divulgados em outubro deste ano. O entulho já foi utilizado na base do pavimento, onde normalmente se emprega solo ou brita, e para fazer o próprio revestimento. Uma pista experimental foi construída em Goiânia, para que os pesquisadores pudessem verificar a durabilidade do material com o impacto do tráfego de veículos.

“Estudos em laboratório têm revelado que, com a utilização do entulho, é necessário acrescentar maior quantidade de cimento asfáltico, oriundo do petróleo, o que iria encarecer a pavimentação. Assim, a solução seria viável tecnicamente, mas não economicamente. Porém, se essa alternativa não for interessante para Goiânia, onde existe grande número de pedreiras, poderá ser útil para outras cidades que não dispõem desse recurso”, explica o pesquisador.

Evitar danos ao meio ambiente, por meio da reciclagem e do reaproveitamento, tem sido, aliás, uma tendência das pesquisas desenvolvidas na instituição. A pesquisadora Solange Xavier Santos, da Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas, vem experimentando o emprego de resíduos agroindustriais gerados na região de Anápolis para o cultivo de diferentes espécies de cogumelos comestíveis, ali-

mentos de alto valor nutricional. Entre os materiais testados, todos facilmente adquiridos na região, a baixo custo ou a custo zero, estão a casca dos grãos de arroz, cevada e soja; casca, sabugo e palha de milho; palha de capim; casca do pequi e de jabuticaba; impurezas da soja e do trigo, bagaço de cana-de-açúcar e serragem. Alguns desses produtos são aproveitados na fabricação de ração ou adubo. Outros, porém, são acumulados até a decomposição natural ou eliminados através da queima. Em ambos os casos, contribuindo para a poluição ambiental.

“Demos prioridade, na fase inicial, para espécies de cogumelos de interesse comestível”, explica a pesquisadora.

“Em etapas subseqüentes, pretendemos utilizar espécies de interesse biotecnológico, incluindo aí aquelas de uso medicinal, farmacêutico ou mesmo as que produzem substâncias empregadas em processos industriais, como é o caso das enzimas, cujo potencial de aplicação é enorme e o mercado excelente. O Brasil importa a maior parte das enzimas que consome, justamente devido à carência de biofábricas desse ramo no País”, afirma.

No momento, a pesquisa conta com a contribuição de algumas empresas que fornecem os resí-



Pesquisa desenvolvida por Renato Cabral Guimarães procura livrar o meio ambiente de entulhos

duos, a maioria delas localizada no Daia. “Estamos abertos a novas parcerias, pois necessitamos de equipamentos e outros insumos. Em breve, com a ampliação da escala experimental, outras necessidades surgirão, como a aquisição de uma câmara frigorífica para armazenamento dos resíduos, e a construção de uma casa de vegetação para a frutificação em grande escala. Mas, como bons brasileiros que somos e empenhados em tirar alimento de resíduos, havemos de desafiar a criatividade na busca dos recursos demandados”, reforça Solange.



Granja Escola Modelo, da Plataforma Tecnológica do Sudoeste: uma iniciativa bem-sucedida, com resultados práticos consolidados

Universidade-empresa

Se, com exceção do programa incubadora de empresas, em praticamente todas as universidades de Goiás a pesquisa é desenvolvida sem grande envolvimento do setor privado, na Fesurv tem-se um caso exemplar da bem-sucedida relação universidade-empresa. Não foi por acaso que a instituição, juntamente com a Embrapa e a Perdigão, ficou em primeiro lugar no Prêmio Finep Regional de Inovação Tecnológica 2004. O prêmio foi um reconhecimento aos avanços da tecnologia empregada no manejo e uso de dejetos de suínos e cama de frango.

Com o apoio da Finep, do Mi-

nistério da Ciência e Tecnologia, do CNPq, e em parceria com indústrias, em especial a Perdigão, criou-se em Rio Verde a Plataforma Tecnológica do Sudoeste, cuja implantação deve ser concluída em julho deste ano. Um das principais ações implementadas na plataforma foi a Granja Escola Modelo, iniciada em 2001.

Na Granja Escola, desenvolvem-se pesquisas e técnicas de produção, gestão de sanidade animal e meio ambiente. Toda a produção de frangos e suínos é destinada à Perdigão para abate e as receitas são convertidas em forma de investimentos e manuten-

ção de atividades de pesquisa. “Esta relação universidade-empresa tem uma importância muito grande, porque, enquanto a universidade é responsável por gerar conhecimento, a Perdigão se encarrega de transformá-lo em tecnologias, processos ou produtos finais. Isso repercute na geração de emprego e renda, estabilidade social, enfim, no progresso regional. A aliança também propicia uma melhoria dos programas de ensino nas universidades, com maior qualificação da mão-de-obra”, avalia José Marcelo de Abreu, professor da Fesurv e coordenador do projeto Plataforma Tecnológica.

O monitoramento ambiental que é feito na plataforma é um dos aspectos preponderantes para os bons resultados apresentados por essa iniciativa. Os produtores rurais da região já se beneficiam com tecnologias que utilizam os dejetos de suínos e frangos como insumos. “Os resultados desses experimentos têm confirmado, na prática, que esta conduta significa uma alternativa de negócios para melhorar a renda do produtor, observa José Marcelo de Abreu. Segundo ele, esses insumos também se revelaram fertilizantes

orgânicos viáveis e de baixo custo. O sistema integrado implantado pela Perdigão, além de beneficiar os produtores, contribui para preservar o meio ambiente mais limpo.

Entre os projetos desenvolvidos pela Plataforma Tecnológica, destacam-se ainda o de Agricultura de Precisão e o de Zootecnia de Precisão. O primeiro desenvolve um sistema de gestão na atividade agrícola, por meio de um conjunto de tecnologias e procedimentos que objetivam fazer com que o produtor rural utilize de maneira racional os in-

sumos durante o processo de produção. O segundo visa rastrear e acompanhar o animal (frango ou suíno), nas cadeias produtivas. Na opinião de José Marcelo de Abreu, embora seja um projeto ainda em fase de implantação, a Plataforma Tecnológica apresenta-se como uma idéia inovadora ao colocar à disposição dos agentes das cadeias produtivas de grãos, suínos, aves, e da agroindústria, uma infra-estrutura capaz de gerar inovação tecnológica, e que se presta à melhoria da qualidade dos produtos e serviços.

Avanços na cultura do feijão

Os agricultores de Goiás terão que aguardar pelo menos mais um ano para ter acesso a uma variedade de feijão resistente a uma das principais pragas que ameaçam as lavouras em todo o País: o mosaico dourado. A planta, geneticamente modificada, já foi desenvolvida pela Embrapa Arroz e Feijão, mas só deve chegar ao mercado depois de realizados todos os testes e pesquisas exigidos pela Comissão Nacional de Biossegurança do Ministério da Ciência e Tecnologia. Entre eles, estão os testes de toxicidade, equivalência substancial e aqueles em que são verificados os impactos do cultivo da nova variedade sobre o meio ambiente.

De acordo com o pesquisador da área de Fitopatologia e Biotecnologia da Embrapa Arroz e Feijão, Josias Corrêa de Faria, que se ocupa da pesquisa desde 1999, o mosaico dourado é um dos maiores responsáveis pelas perdas nas lavouras de feijão no Brasil. “Consultamos di-

versos bancos de germoplasma nos Estados Unidos e no México. Eles reúnem variedades de feijão coletadas no mundo todo. Montamos também o nosso próprio banco, onde

**Pesquisa leva
Embrapa a
montar acervo
com mais de dez
mil variedades
de feijão**

já temos mais de 10 mil variedades. No entanto, não encontramos nenhum tipo de feijão resistente a esse vírus, o que nos levou a utilizar a moderna ferramenta da engenharia genética para criar um tipo especial”, observa o pesquisador.

Ele diz que o Brasil é o único país que desenvolve essa pesquisa, pois aqui o feijão tem uma enorme importância, sendo um dos principais alimentos na mesa dos brasileiros. Por causa dessa relevância social, o pesquisador recebeu, em 2004, o Prêmio Alimentação, concedido pela Fundação Péter Murányi, uma instituição húngaro-brasileira que estimula inovações nas áreas de alimentação, saúde e educação.

O cultivo de feijoeiros mais resistentes, porém, não é o único projeto inovador desenvolvido pela Embrapa em Goiás. Pelo menos outras seis pesquisas importantes estão sendo feitas com o feijão e também com o arroz, entre elas o melhoramento genético deste último produto. Dentro da instituição existe inclusive um núcleo de discussão temática sobre inovação tecnológica, que aborda, entre outros assuntos, a agricultura de precisão, a biotecnologia e a nanotecnologia, ciências cada vez mais presentes na vida moderna. ■

Prêmio à criatividade

Uma das ações mais importantes para o processo de inovação no Brasil, o Prêmio Finep de Inovação Tecnológica destaca idéias e criações que mudam a vida de comunidades e empresas



Heribaldo Egídio, Carlos Ganem, Ivan da Glória Teixeira e José Clecildo Bezerra, da Sectec, no lançamento do Prêmio Finep

Empresas ou instituições públicas e privadas com sede no Brasil, que tenham desenvolvido produtos ou serviços inovadores, podem se inscrever até o dia 15 de junho no 8º Prêmio Finep de Inovação Tecnológica. O objetivo do Prêmio, criado pela Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), é reconhecer e estimular iniciativas que tenham introduzido novos conceitos na geração, absorção e uso das tecnologias, e que representem progresso

significativo na modernização das empresas, trazendo melhoria de resultados ou redução de custos.

A Finep é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia destinada a promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País, em consonância com as metas e prioridades do governo federal. A financiadora apóia pesquisas em laboratório até o desenvolvimento de mercados para produtos inovadores; da incubação

de empresas de base tecnológica à estruturação e consolidação dos processos de pesquisa em empresas já estabelecidas.

A premiação será concedida a seis categorias nas etapas regional e nacional: Produto, Processo, Pequena Empresa e Média/Grande Empresa, Inovação Social, Instituição de Ciência e Tecnologia, e Inventor Inovador. O projeto classificado em primeiro lugar de cada categoria, na etapa

regional, irá concorrer ao Prêmio Nacional.

Em Goiás, o lançamento da etapa Regional Centro-Oeste ocorreu no dia 22 de março, na sede da Federação das Indústrias (Fieg), com participação da secretária estadual de Ciência e Tecnologia, Raquel Teixeira, do diretor da Finep, Michel Labaki, e do Superintendente da Área de Articulação da financiadora, Carlos Ganem. Estiveram presentes ainda o coordenador do Programa Tecnológico de Energias Renováveis da Petrobrás, João Norberto Noschang Neto, o diretor de Inovação e Acesso à Tecnologia do Sebrae/GO, Carlos Roberto Guimarães, e a gerente de Inovação Tecnológica do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Diana Jungmann, além de empresários e líderes patronais e sindicais.

Para o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, o Prêmio incentiva a criatividade, a capacidade inerente ao povo brasileiro de criar, inovar, aperfeiçoar e adaptar ao seu estilo de vida aquilo que já existe. “Cremos na educação como um instrumento de mudanças da sociedade, que nos conduz a um mundo mais desenvolvido e moderno. Eis por que a Fieg apóia incondicionalmente a produção do conhecimento e a busca pelo novo, por aprender e fazer melhor, que são os objetivos desse prêmio”, destacou.

Paulo Afonso ressaltou a necessidade de uma aproximação ampla e urgente entre o setor produtivo e as universidades brasileiras, que desenvolvem muitas pesquisas, mas que são pouco aplicadas. “Setenta por cento das pes-



Paulo Afonso ressaltou a necessidade de aproximação urgente entre o setor produtivo e as universidades, para que toda a sociedade se beneficie dos resultados das pesquisas

quisas científicas produzidas nas academias não são utilizadas pelo setor produtivo. O Brasil errou ao longo dos anos porque faltou sintonia entre esses dois agentes do desenvolvimento.

Promovido desde 1998, o Prêmio tem nesta edição duas novas categorias: Inventor Inovador e Inovação Social. Na primeira, destinada ao inovador que já detenha uma patente registrada no Brasil e cujo produto/processo esteja no mercado, haverá um único vencedor em âmbito nacional, que irá receber um prêmio de mil dólares oferecido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Já na segunda categoria, serão selecionados projetos de produtos e processos inovadores que, aplicados na interação com a população, promovam a inclusão social, a geração de trabalho e renda, e melhorias nas condições de vida.

SOLUÇÕES SURPREENDENTES

Com as novidades, o diretor da Finep, Michel Labaki, acredita que o número de inscrições ao Prêmio – 508 em 2004 – irá aumentar 50%. É o que espera também o superintendente da Área de Articulação Institucional, Carlos Ganem. O superintendente disse estar certo de que os criadores, inventores e inovadores de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso

A premiação será concedida a seis categorias nas etapas regional e nacional: Produto, Processo, Pequena Empresa e Média/Grande Empresa, Inovação Social, Instituição de Ciência e Tecnologia, e Inventor Inovador



Técnicos da área de inovação orientam empresários que querem participar do prêmio

do Sul e Distrito Federal irão repetir o sucesso da empresa goiana Mecat, que no passado foi campeã em nível nacional na categoria Produto.

“O que mais tem surpreendido é a atividade criativa do povo brasileiro em cada região”

Carlos Ganem

Ele ressaltou que a credibilidade que o Prêmio vem conquistando parece ser a razão do aumento no número de inscrições e da participação significativa do Estado de Goiás, responsável por 31 das 67 inscrições registradas na Região Centro-Oeste. “O que mais tem surpreendido na premiação é a atividade criativa do povo brasileiro em cada região. É uma inovação íntegra, impressionante. Há coisas neste País que só percebemos quando começamos a prestar aten-

ção no mapa”, observou Carlos Ganem. Ele citou o Projeto Corimbatá, em Mato Grosso, uma iniciativa que permitiu aos pescadores substituir a pesca, até então sua única fonte de renda, pela fruticultura, durante o período da piracema.

“Eles estavam se auto-destruindo ao capturar peixes na época da desova. O projeto, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e seus parceiros, oportunizou o processamento e a comercialização de frutas em sistema cooperativo sustentável e artesanal. Assim, eles recebem até 12 vezes o valor do produto para se sustentar numa época em que lhes faltaria alimento ou alternativa para conseguir”, disse Ganem.

DESAFIOS COMUNS

Para estimular a participação dos cientistas e pesquisadores, o coordenador do Programa Tecnológico de Energias Renováveis da Petrobrás — uma das patrocinadoras do Prêmio —, João Norberto Noschang Neto, traçou um paralelo entre os desafios da empresa que representa e aqueles

enfrentados pelos participantes. “Provar ao mundo que produzir petróleo no coração da Amazônia como a Petrobrás fez no Campo de Urucu, era possível, é o mesmo desafio que se apresenta aos grandes gênios anônimos no País neste Prêmio”, disse.

O coordenador ressaltou que nenhum dos êxitos alcançados pela estatal, como a excelência na exploração de petróleo em águas profundas, seria possível sem a participação da comunidade científica brasileira, segundo ele a principal responsável pela auto-suficiência tecnológica da companhia e pelo seu reconhecimento internacional como uma das maiores e mais eficientes empresas do ramo.

Estímulo à participação das empresas goianas no Prêmio também está sendo dado pelo Sebrae que, além da premiação da Finep, irá dar um *laptop* ao primeiro lugar da categoria Pequena Empresa, na etapa regional. Segundo o diretor de Inovação e Acesso à Tecnologia do Sebrae/GO, Carlos Roberto Guimarães, a entidade tem grande interesse de ser parceira em iniciativas como essa: “Dez por cento de nosso orçamento são, obrigatoriamente, aplicados em ciência e tecnologia”, disse. ■

Prêmio Finep de Inovação Tecnológica

Inscrições: até 15 de junho

Julgamento: 24 de agosto

Premiação regional: 19 de outubro, em Goiânia

Premiação nacional: 24 de novembro

Onde inscrever-se: <http://www.finep.gov.br/premio>

Mais informações em Goiás:

Fieg: (62) 219-1420

Sectec: (62) 201-5216

Sebrae: (62) 250-2319

Cefet: (62) 212-0427



Uma idéia. Mil modos de usar. Basta inovar.

Se você acredita e investe em inovação tecnológica, concorra ao Prêmio FINEP.

De pequenas a grandes empresas, passando por instituições de pesquisa,

a FINEP quer mostrar o trabalho daqueles que ajudam o Brasil a crescer.

Acredite no novo para criar soluções.



Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica



Não perca esta chance. Inscrições abertas até 15 de junho.



Ministério da
Ciência e Tecnologia



Novos cursos consolidam ensino superior no Senai

Fundamentais no processo de desenvolvimento de um País com as características do Brasil, os cursos de graduação tecnológica vêm qualificar o mercado goiano

Com aula magna prestigiada por educadores, empresários, autoridades e alunos, o Senai abriu no dia 21 de março os novos cursos de graduação tecnológica – automação industrial e redes de computadores –, consolidando o ingresso da instituição no ensino superior. Uma apresentação musical do quinteto Harmonizza, de Goiânia, marcou a solenidade, no auditório da Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg), no Setor Universitário.

Palestrante da noite, a secretária estadual de Ciência e Tecnologia, Raquel Teixeira, falou sobre a importância da formação do tecnólogo para o desenvolvimento do Estado. Ela elogiou o Senai Goiás pelo investimento na educação profissional superior, principalmente pelo fato de que a demanda por tecnólogos é alta, mas há poucos profissionais qualificados. “A educação profissional no Brasil é de boa qualidade, mas possui pequeno número de instituições que oferecem ensino superior técnico”, disse.

Na opinião de Raquel, os cursos de bacharelado são fundamentais para o desenvolvimento do País, mas não têm suprido o campo de atuação dos tecnólogos. Os cursos de tecnologia, avaliou, são diversificados e permitem que o aluno determine o período e ritmo de estudo que

terá. Ela também destacou a diferença que faz no processo produtivo um ensino de qualidade. “A educação é a riqueza de nosso País e apenas por meio dela poderemos dar o salto tecnológico de que necessitamos”, afirmou.

A solenidade foi prestigiada ainda pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira, pelo diretor regional do Senai, Paulo Vargas, deputado estadual Luís César Bueno, deputado federal Vilmar Rocha, e pelo diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), Adolfo César da Silva.

DEMANDA DAS EMPRESAS

O diretor regional do Senai disse que o objetivo da instituição, integrante do Sistema Fieg, é realmente oferecer cursos de graduação tecnológica com o objetivo de atender à demanda da indústria. “A matriz curricular dos cursos foi cuidadosamente estudada com representantes do meio empresarial e área técnica para

atender às necessidades do setor”, disse. Paulo Vargas reafirmou que o Senai, agora como instituição de ensino superior, não vai abrir mão de parcerias com outras faculdades e continuará a investir nas outras modalidades de ensino profissionalizante, como os cursos de habilitação técnica, aperfeiçoamento, qualificação e aprendizagem industrial.

O deputado federal Vilmar Rocha parabenizou a iniciativa da instituição em fomentar a educação tecnológica e incentivou os alunos dos novos cursos a construírem no Brasil um cenário inovador. Já o deputado estadual Luís César Bueno enfatizou o fato de que os dois cursos contribuirão para o processo de industrialização que o Estado tem caminhado. ■



Paulo Vargas, na aula inaugural: “Demos um grande salto”



FFATIA[®] 2005
www.ffatia.com.br

FFATIA

Sirva-se de bons negócios

IV Feira de Fornecedores e Atualização Tecnológica da Indústria de Alimentação

25 a 28 outubro

Centro de Convenções de Goiânia

Goiânia - GO

Realização

Promoção e Comercialização

Coordenação Técnica

Apoio



Associação **UBRAFE**
Av. Caramuru, 705
14025-080 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Tel./Fax +55 16 623.8936
multiplus@multipluseventos.com.br
www.multipluseventos.com.br



MARCA EMPRESARIAL

MÁRGARA MORAIS

NOVAS RELAÇÕES À VISTA

Desde o dia 2 de março tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 369, que propõe uma reforma sindical ampla. O documento, enviado pelo governo federal à Câmara dos Deputados, é, em parte, resultado das negociações desencadeadas pelo Fórum Nacional do Trabalho, do qual participaram a CNI e as federações de indústrias dos Estados. A Fieg, por meio de seu Conselho Temático de Relações de Trabalho, teve participação ativa no processo, discutindo exaustivamente o tema com empresários e realizando pesquisa de opinião para conhecer os pontos de divergências e convergências entre eles.

ENCONTRO IMPORTANTE

Presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, entre o governador Marconi Perillo e o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro, presentes ao evento que reuniu os diretores regionais do Senai, em Padre Bernardo (GO), em março.

Foram quatro dias de debates em torno da atuação da instituição nas áreas de formação profissional e educação.



SESI PLANEJA METAS ATÉ 2010

A cidade de Padre Bernardo, em Goiás, também recebeu o pessoal do Sesi que, assim como o Senai, discutiu a elaboração do plano estratégico da instituição para os próximos anos. O evento contou com presença de dirigentes das 27 unidades do País, no período de 10 a 13 de abril. O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, compareceu ao encerramento e discutiu com os participantes ações conjuntas envolvendo a comunidade por meio do esporte.



TRIO DETERMINADO

O sucesso do Cozinha Brasil do Sesi se deve, em parte, à determinação das nutricionistas Aline de Oliveira Castro, Marianne de Oliveira Falco e Cláudia Aparecida de Oliveira (foto), que não medem esforços para levar informações à população de várias cidades goianas sobre como cozinhar com qualidade, sabor e pouco dinheiro.

EXPORTAÇÃO NA PAUTA

Atendendo a convite do Conselho Temático de Agronegócios da Fieg, o secretário estadual de Infra-Estrutura, Leonardo Vilela se reuniu, em março, com empresários da indústria para discutir o tema Logística: escoamento de Produção do Agronegócio. Ele foi recebido pelo vice-presidente da Casa, Pedro Alves, e fez uma análise sobre os meios de transporte existentes no Estado. Disse que a obra da Ferrovia Norte-Sul – já licitada – dará prioridade à construção do trecho Araguari-Rio Verde. No encontro foi discutida a possibilidade de se construir dutos para a distribuição de energia alternativa produzida por Goiás.

MAPEANDO O FUTURO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o Mapa Estratégico da Indústria, no último dia 26 de abril, em Brasília. O trabalho contou com a participação das federações de indústria dos Estados e define ações globais, objetivos e metas do setor industrial para os próximos dez anos.

QUALIDADE EM FOCO

Goiânia sediou, em abril, a abertura do Ciclo Nacional de Palestras do ICQ Brasil, que visa difundir os benefícios da qualidade contínua nas organizações e preparar os profissionais que atuam na área. O ICQ Brasil prepara eventos do mesmo porte para Brasília (DF), Cuiabá (MT), Palmas (TO) e Rio Branco (AC).



ACEITA-SE USADO

O Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg foi um dos promotores do Dia da Inclusão Digital, que aconteceu em março, no Flamboyant Shopping Center, em Goiânia. Na foto, jovens que participaram do evento buscam ter mais acesso ao mundo da informáti-

ca, indispensável para quem está entrando no mercado de trabalho, segundo eles. As unidades do Sesi e do Senai estão recebendo doação de computadores para serem distribuídos às escolas e pessoas de baixa renda. O telefone para informações é o (62) 219-1303.



CONVIDADOS DE PESO

A comemoração dos 50 anos da Copebrás, em maio, reuniu gente de peso do meio político e empresarial brasileiro. Na foto o presidente da empresa, Nelson Pereira dos Reis, recepciona Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, e a comitiva goiana integrada por Paulo Afonso Ferreira, Adib Elias, Cláudio Chini e Domingos Sávio, reunidos durante a apresentação do concerto Grande Poeta Vinícius, na Sala São Paulo.

A lição dos finlandeses

WELINGTON DA SILVA VIEIRA

Recentemente tive o privilégio de conhecer in loco o funcionamento do sistema de inovação tecnológica e internacionalização das pequenas e médias empresas na Finlândia.

A pergunta que mais ouvi foi: “O que podemos tirar de proveito com uma viagem dessas, se a Finlândia é tão diferente do Brasil?” Ao retornar, chego com a convicção de que temos tudo a aprender com os finlandeses, que não descansam sobre o sucesso alcançado em suas atividades econômicas. Ao contrário, eles trabalham duro para continuar fazendo de seu país o mais competitivo do mundo, com o menor índice de corrupção e com uma das melhores taxas de distribuição de renda. É pouco?

Temos de reconhecer tratar-se de uma nação pequena e com população de pouco mais de 5 milhões de habitantes. O PIB, porém, quanta diferença! • 150 bilhões. Algo em torno de US\$ 200 bilhões, ou pouco mais de 30% do PIB brasileiro.

De onde vem toda essa riqueza? – pode-se indagar de pronto, já que as condições de clima não favorecem a produção agrícola, nem se dispõe de abundantes recursos naturais. A resposta é imediata: vem do conhecimento aplicado às atividades produtivas e da definição estratégica de todos os agentes econômicos no sentido de internacionalizar as pequenas e médias empresas e de investir pesado em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.



“Falta coordenação de esforços entre os organismos indutores do desenvolvimento”

Lá, pequenas empresas já nascem pensando no mercado externo e recebem todo o apoio necessário para ingressar no universo das tecnologias de ponta ou *high tech*. São gastos 3,5% do PIB em pesquisa e inovação, algo próximo de • 5 bilhões, ou R\$ 18 bilhões, por ano. Isso em um país com pouco mais de 5 milhões de habitantes.

O que mais surpreende é que dois terços dos recursos investidos em P&D são gastos pelas empresas. Entretanto, elas recebem irrestrito apoio governamental, podendo obter empréstimos com taxas de juros de 4% ao ano. Se os financiamentos se destinam à inovação, podem ter até 80%

dos valores obtidos a fundo perdido. Também obtêm garantia do governo para assumir empréstimos bancários. No Brasil, este talvez seja o ponto crucial das questões relacionadas às pequenas e micro empresas.

O Brasil tem seus mecanismos, mas eles dificilmente chegam aos pequenos, devido à falta de coordenação de esforços entre os diversos organismos indutores do desenvolvimento, dentre eles os órgãos de governo, as universidades, Sebrae e federações de indústrias.

É uma pena que percamos tantas oportunidades, já que dispomos de todas as condições requeridas para um processo de desenvolvimento econômico sustentado.

Que tal se, deixando a vaidade de lado, criarmos mecanismos de coordenação que nos permitam trabalhar com visão de longo prazo, caminhando juntos – empresas, governo e entidades empresariais –, visualizando o mercado externo como uma oportunidade de negócio e a tecnologia como principal fator competitivo?

Aqui, na Fieg, estamos dispostos a contribuir para que isso aconteça, como na Finlândia. Mas não basta disposição. É preciso que hajam atitudes concretas, que se iniciam com a mudança de mentalidade e requerem, para prosseguir, foco definido em ações e resultados cuidadosamente planejados. Como se vê, o aspecto político tem que preceder o operacional. ■

Wellington da Silva Vieira é administrador de empresas, coordenador técnico da Fieg e professor na Universidade Católica de Goiás (UCG)

Cartilha da exportação

Fieg incentiva participação de empresas em feiras internacionais e abre suas portas para receber, com frequência cada vez maior, comitiva de outros países com interesse comercial

Fortalecer as pequenas e médias empresas goianas, preparando-as para o mercado internacional, é uma das principais ações desenvolvidas pelo Conselho Temático de Comércio Exterior (CTCE), da Fieg. Para isso, o Conselho organiza visitas de empresários a diversas cidades brasileiras e a outros países, além de promover a participação em feiras e eventos voltados para a exportação, como a Feira Internacional de Alimentação (Fispal), uma das maiores do segmento de alimentação e bebidas do mundo, realizada em Miami entre os dias 4 e 6 de maio. Oito indústrias goianas participaram: Plastimax, Propace, Alca Foods, Dec Brasil, Ardrak, Bebidas Imperial, Vascafé e Cosplastic.

Segundo Ronaldo Sales, presidente do CTCE, levantamento prévio mostra que o volume de negócios das empresas que estiveram em Miami pode chegar a U\$ 13,8 milhões. A participação em eventos, principalmente feiras, é fundamental para que as empresas de pequeno porte possam exportar, diz ele. “É preciso que os empresários viajem, conheçam outros países e comparem seus produtos com os disponíveis no mercado local. No Brasil ainda se está criando a cultura da exportação. Mas os empresários já estão percebendo que exportar não é um bicho de sete cabeças”, acrescenta Sales. “Para exportar, é necessário informar-se sobre as características culturais e de mercado, além de realizar adequações nas próprias embalagens dos produtos”.

O presidente do Conselho observa também que as pequenas e médias empresas precisam aprender a trabalhar em consórcio, pois só assim conseguirão atender a grandes demandas. “Ainda há uma resistência dos brasileiros em formar consórcios, resultado

de uma mentalidade individualista, que teme a cópia e a concorrência. Mas é preciso aprender a trabalhar em bloco”, reforça. Apesar dessa resistência, o Conselho já está preparando em Goiás consórcios nas áreas calçadista e têxtil (moda praia). ■



CHINESES SE REÚNEM COM EMPRESÁRIOS GOIANOS

No último dia 8 de abril, a Fieg recebeu a visita de uma comitiva chinesa, liderada pelo governador da província de Gansu, Lu Hão, e acompanhada do secretário estadual de Comércio Exterior, Ovídeo de Angelis. Empresários dos setores de mineração, agricultura, alimentos, ouro, torrefação de café, álcool e açúcar e conexões marcaram presença e tiveram a oportunidade de falar sobre seus produtos. Os chineses demonstraram interesse na mineração goiana e no álcool, especialmente. “Alguns pontos de interesse mútuo foram detectados no

encontro de hoje”, disse o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. Ganzu fica no Centro-Oeste da China, com 26 milhões de habitantes. A província é antigo pólo industrial chinês, tendo a indústria exploradora de recursos naturais, de aço, petroquímica e produtora de energia como principais setores de atividade. “Ultimamente, temos buscado nossa diversificação industrial”, comentou o governador chinês. “Em março último, a China foi o quarto comprador de Goiás. Para lá, foi enviado quase 10% de tudo que Goiás exportou”, disse Ovídeo de Angelis.

Curso técnico muda usinas

Qualificação e profissionalização influenciam no avanço do processo de industrialização, na modernização das empresas e no crescimento dos municípios onde estão instaladas

Mesmo depois de 18 anos de trabalho na usina, Vanderley Martins Costa se mostra encantado por ter aprendido, agora, a distinguir o macho e a fêmea de uma praga que ataca os canaviais. Com toda sua experiência prática, o usineiro, que atua no armazém de açúcar da Usina Jalles Machado, em Goianésia, sabia que a cigarrinha – a *Deois flexuosa*, por seu nome científico – causa danos à cana-de-açúcar, mas desconhecia de que modo ela se prolifera, como ameaça a planta e como pode ser combatida.

O entusiasmo de Martins é resultante do aprendizado na disciplina morfologia das pragas, proporcionado pelo curso técnico em açúcar e álcool, ministrado pelo Senai, em Goianésia, do qual participa diariamente após a jornada de trabalho.

Animado, ele pretende continuar seus estudos e iniciar curso superior em química. “Às vezes me sinto cansado, mas nas férias senti muita falta de assistir às aulas. Agora não consigo parar de estudar. Adquiri uma visão crítica e posso compreender por que os fatos ocorrem, por que devo tomar certas medidas”, explica.

FORMAÇÃO COMPLETA

O curso, primeiro na região Centro-Oeste e inédito no Sistema Senai, foi elaborado em parceria com



Vanderley Martins: planos para fazer curso superior na área química

o Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (Sifaeg) e Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado de Goiás (Sifaçúcar), usinas Goianésia Álcool, Jalles Machado e a prefeitura municipal. A habilitação técnica, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, foi iniciada em setembro do ano passado, sob a coordenação e supervisão da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis, para atender às duas usinas.

Por meio de vestibular, o Senai selecionou 28 profissionais das usinas – 14 de cada uma. Também foram destinadas quatro vagas à comunidade.

Após o primeiro módulo do curso, o aluno é qualificado como analista de controle de qualidade em açúcar e álcool. Terminado o segundo módulo, ele recebe certificado de assistente de processos e, ao final do estágio, o diploma de técnico na área.

A programação tem duração de 1.600 horas, incluindo estágio supervisionado. O objetivo do curso é habilitar profissionais cujo trabalho envolverá planejamento, pesquisa, execução, avaliação, gestão e assistência técnica. As aulas são ministradas semanalmente, de segunda a quinta-feira, das 19 às 22h30.

INVESTIMENTO SOLICITADO

O gerente de Recursos Humanos da Goianésia Álcool, Edmilson César Furtado, explica que, além da necessidade de capacitar seus próprios trabalhadores, as empresas precisavam de mais mão-de-obra para suprir vagas abertas. “Em Goianésia, há apenas cursos de licenciatura que não capacitam recursos humanos para suprir a principal demanda do mercado local”, diz.

Na Usina Jalles Machado, o curso técnico foi concebido como investimento indispensável e lucrativo. “Os funcionários serão capacitados a compreender a teoria. Além de reproduzir o que percebem por meio da experiência,

os profissionais terão capacidade de sugerir melhorias à usina”, avalia o gerente de Recursos Humanos, Luiz Carlos Braga.

Analista laboratorial da Goianésia Álcool, Poliana Macedo Santos começou a trabalhar há menos de um ano e já iniciou o curso técnico. No início, ela não havia recebido treinamento – aos poucos foi aprendendo ao observar a prática. Por meio do curso técnico, a analista teve oportunidade de aprofundar seus conhecimentos. “Trabalhamos com muita informação específica e acabamos por desconhecer todo o processo produtivo. Essa foi uma ótima oportunidade para mim, pois já no início de meu trabalho poderei conhecer a fundo os processos químicos”, diz ela.



Edmilson César Furtado: “Precisamos de cursos para suprir a principal demanda do mercado local”



Poliana Macedo Santos: “foi uma ótima oportunidade para conhecer todo o processo produtivo”

RESULTADOS RÁPIDOS

O professor Márcio Antônio Oliveira, que ministra química aplicada à produção de açúcar e álcool, se sente recompensando com a participação e o esforço dos alunos. “Todos estão dispostos a aprender e a contribuir com o conhecimento prático que já possuem.” Ele acredita que os alunos estão colocando em prática o aprendizado que adquiriram e já dando resultado ao investimento feito pelas usinas, ao obter melhor aproveitamento da matéria-prima.

Na Goianésia Álcool, cerca de 90% dos treinamentos já eram ministrados pelo Senai. O curso técnico em açúcar e álcool veio contemplar a necessidade específica da empresa e abranger todo o processo produtivo. “Já percebemos os resultados desse investimento. Os trabalhadores passam a compreender melhor a dinâmica processual e não agem apenas mecanicamente”, avalia Edmilson César Furtado. “A partir dessa experiência, outros cursos de menor carga horária devam ser oferecidos para que todos os funcionários sejam qualificados”, acrescenta.

Luiz Carlos também pretende ampliar os cursos de educação tecnológica ministrados na Jalles Machado. “Outras necessidades foram constatadas, como a criação de um curso técnico direcionado à parte agrícola do setor sucroalcooleiro”, informa.

Cenário favorável

As pesquisas em torno de alternativas de combustíveis mais limpos, estão em ascensão. Goiás tem tudo para tirar partido dessa oportunidade. Faltam apenas as indústrias

A partir de 2008, todos os veículos movidos a diesel no Brasil devem ter a adição de 2% de biodiesel. A lei foi regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) no final do ano passado. Por enquanto, a adição não é obrigatória, mas a medida provocou um incremento nas pesquisas e tem levado os Estados brasileiros a se preparar para o uso da tecnologia. O biodiesel é um produto extraído de sementes de oleaginosas como soja, pequi, girassol, mamona, babaçu, amendoim e pinhão. O combustível é capaz de substituir o óleo diesel em quase todas suas aplicações. Difere do álcool carburante por atender a necessidades específicas de motores pesados (caminhões, ônibus, tratores, máquinas agrícolas).

Em Goiás, a Secretaria de Infra-Estrutura criou em março o Programa Goiano do Biodiesel, com o objetivo de estimular investimentos da iniciativa privada em tecnologia para a produção do óleo vegetal. Um comitê, presidido pelo Secretário de Infra-Estrutura, Leonardo Vilela, e composto por representantes da Universidade Federal de Goiás, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e de outros órgãos, ajuda a decidir as medidas a serem tomadas para atrair indústrias para o estado. Segundo o secretário de Infra-Estrutura, diversas empresas goianas ligadas à produção de álcool e de farelo de soja já manifestaram interesse em aderir ao programa.



Pesquisador Nelson Roberto Antoniosi Filho: "Além de viável economicamente, o biodiesel emite menos gás carbônico e enxofre, causadores do efeito estufa"

Um fundo também está sendo criado para financiar as pesquisas no Estado, algumas já bastante avançadas. No Laboratório de Métodos de Extração e Separação (Lames), da Universidade Federal de Goiás, estão sendo pesquisadas 23 espécies de oleaginosas nativas ou introduzidas no cerrado. O Laboratório também pesquisa o uso de gordura animal, tentando aproveitar restos de frigorífico como sebo bovino. Dedicar-se ainda ao desenvolvimento de métodos de caracterização e controle de qualidade do combustível. Para avançar nas pesquisas, recebeu do Ministério da Ciência e Tecnologia R\$ 400 mil, mas aguarda ainda a contrapartida de R\$ 40 mil, que deve ser oferecida pelo governo estadual.

Segundo o coordenador do Lames, Nelson Roberto Antoniosi Filho, a produção do combustível é não só viável, mas extremamente vantajosa no aspecto ambiental, pois, durante a queima, ele emite uma quantidade bem menor de gases causadores do efeito estufa, como o gás carbônico e o enxofre. O pesquisador observa também que o cultivo de oleaginosas como o baru e o pequi na região Sudoeste do Estado, pode ser uma solução para a recuperação de áreas completamente degradadas.

AGRICULTURA FAMILIAR

A preocupação com a inclusão social e com o desenvolvimento regional está entre os principais objetivos do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), desenvolvido pelo Governo Federal. De acordo com o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), responsável pelo programa, mais do que a competitividade, a principal vantagem da utilização do

O cultivo de oleaginosas pode ser uma solução para a recuperação de áreas completamente degradadas

biodiesel no Brasil está na possibilidade de melhoria da qualidade ambiental. Além disso, a mistura diesel/biodiesel terá preços muito próximos ao do diesel comum. A produção do combustível possibilita ao País pleitear financiamentos internacionais em condições diferenciadas, no mercado de créditos de carbono, conforme previsto no Protocolo de Kyoto.

Outra vantagem diz respeito à importância social do cultivo de matérias-primas para a produção do biodiesel no âmbito da agricultura familiar. O ministério prevê que no semi-árido brasileiro e na Região Norte sejam cultivadas mamona e palma (dendê) e que, com uma adição de 2% de biodiesel ao diesel mineral, mais de 200 mil famílias sejam empregadas.

Para que a produção do combustível tenha também impacto social, o Governo criou mecanismos de apoio aos agricultores familiares, possibilitando o acesso a linhas de crédito do Pronaf, por meio dos bancos que operam com o programa, assim como acesso à assistência técnica, fornecida pelas próprias empresas detentoras do Selo Combustível Social. O selo será concedido às empresas produtoras de biodiesel, permitindo-lhes tratamento tributário e acesso diferenciado a financiamentos, desde que comprem a matéria-prima a preços pré-estabelecidos, oferecendo segurança aos agricultores familiares.

MAIS ÁLCOOL

Para o presidente executivo do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás (Sifaeg), Igor Montenegro Otto, todas as iniciativas que incentivem a produção de recursos energéticos renováveis são bem-vindas. “Somos pioneiros nesse segmento e vemos o biodiesel como um irmão mais novo”, disse. Ele avalia que em médio e longo prazo, a medida da ANP pode beneficiar mais efetivamente o setor sucroalcooleiro do Estado, sobretudo se forem confirmadas as previsões de um percentual maior de mistura. Isto porque, para garantir as propriedades combustíveis do óleo vegetal, é necessária a adição de álcool carburante. “O percentual de 2% é pequeno, mas há tecnologias que permitem a adição de até 5% do biodiesel ao óleo diesel. Por enquanto, o óleo vegetal representa um novo mercado para o setor sucroalcooleiro, mas não o principal”, observa Montenegro.

Atualmente, os veículos a álcool e com tecnologia bicombustível, que permite a utilização de álcool ou gasolina, são os grandes consumidores do álcool carburante. Trata-se de um mercado em franco crescimento. A indústria automobilística brasileira já lançou novos modelos de veículos movidos com tecnologia bicombustível.

O aumento de consumo de álcool carburante no País, de acordo com o presidente do Sifaeg, poderá trazer importantes benefícios para a economia de Goiás. Porém, ele alerta para os riscos contidos no aumento da carga tributária no Estado, especialmente no caso dos combustíveis. Para ele, o tratamento tributário dos combustíveis renováveis (álcool carburante e biodiesel) deveria ser diferenciado, assim como ocorre hoje nos Estados Unidos e União Européia.

A experiência de uma nova relação trabalhista

NELSON ANÍBAL LESME ORUÉ

Atualmente, devido à proposta de reforma sindical apresentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao Legislativo, são intensos os estudos e as análises sobre o sindicalismo no Brasil. A maioria deles tem mostrado um futuro sombrio para as entidades sindicais, sejam patronais, sejam de trabalhadores. As causas da crise são, dentre outros fatores, o esgotamento do modelo corporativista criado na década de 40, o desemprego, o encolhimento das empresas, a terceirização, o avanço tecnológico, a privatização, a desindustrialização, a globalização e a diminuição dos níveis hierárquicos. Outra razão é o surgimento de diversas formas de trabalho, que apesar de não existirem no mercado formal – portanto sem proteção da legislação vigente – existem na informalidade.

Tudo isso tem enfraquecido o poder de fogo dos sindicatos junto às empresas. Os indicadores utilizados são a falta de representatividade, a pequena participação de empregados e empregadores nas negociações coletivas, as concessões salariais abaixo da inflação, a perda de filiados e o enfraquecimento financeiro, uma vez que de-



“Está esgotado o modelo corporativista da década de 40”

pendem basicamente da contribuição compulsória ou imposto sindical. A queda na filiação é quase generalizada.

Então, qual o caminho a seguir? Todos concordam que as mudanças são necessárias, mas a indefinição está justamente na escolha do modelo de relações de trabalho que queremos. O governo convocou os representantes de empregados e empregadores e constituiu o Fórum Nacional do Trabalho para discutir e encaminhar sugestões para a

construção de uma nova estrutura sindical, mas peca por começar a defini-la pela reforma sindical. A reforma trabalhista certamente deveria ser o começo de tudo, especialmente se levarmos em consideração que é o modelo de relações de trabalho que influencia o modelo sindical, e não o contrário.

É evidente que devemos, ainda, analisar e estudar experiências de outros países, especialmente da Europa, lembrando que a própria CLT e o atual modelo foram criados sob a influência do modelo trabalhista da Itália de Mussolini. O novo sindicalismo europeu pode ajudar a entender o que acontece com os sindicatos no Brasil. Também é evidente que o estudo de casos de sucesso de nossos sindicatos - de trabalhadores e de empresas - pode fundamentar e criar alternativas válidas para a decisão do modelo que queremos.

Obviamente, já temos suficiente experiência e conhecimento para definir, se não o melhor, o mais adequado modelo de relação trabalhista e sindical que nossa realidade socioeconômica demanda. Temos a receita, precisamos apenas de vontade política e de consciência de que é necessário mudar. ■

Nelson Aníbal Lesme Orué é administrador de empresas, assessor técnico da Fieg e professor na Universidade Católica de Goiás (UCG)

Simplificar para ganhar tempo

Fieg sugere à Agência Ambiental medidas visando desburocratizar os procedimentos de fiscalização, sem perder de vista a proteção do meio ambiente

Documento encaminhado pela Fieg à Agência Ambiental relaciona diversos pedidos que propõem medidas para agilizar os processos de licenciamento ambiental. Entre os pedidos, está o de que se acabe com a exigência de documentação que não esteja relacionada diretamente com o licenciamento; que os serviços sejam informatizados e regionalizados, dando maior agilidade e transparência ao processo. E, finalmente, que seja permitida a realocação de reservas florestais, informa o vice-presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, Domingos Sávio de Oliveira.

No documento, a Fieg sugere que se adote o limite máximo de 60 dias, a contar da data em que foi protocolado o processo, para que a Agência Ambiental decida sobre a concessão ou não da licença. Uma vez concedida, que ela tenha validade de dez anos e que sua renovação seja automática, no caso de se constatar normalidade das atividades. “Atualmente, as licenças são renovadas anualmente e, em certos casos, de dois em dois anos. Isso provoca acúmulo de processos e conseqüente demora na aquisição do novo documento. Se a lei permite que o prazo de validade seja de 10 anos, não há porque expedir licenças previstas para menor tempo”, acrescenta.

Segundo Domingos Sávio, os modelos de fiscalização e monitoramento das atividades industriais são pouco eficientes e precisam se modernizar. A Fieg sugeriu que as vistorias sejam orientadoras e educativas, principalmente, com redução do aspecto puramente punitivo, nos casos de pouca gravidade, quando não ficar comprovada reincidência ou má fé por parte da empresa. A Federação defende uma atuação mais efetiva e constante dos fiscais, como forma de eliminar os extensos e complexos relatórios que as indústrias são obrigadas a elaborar semestralmente, dando conta de suas atividades.

PARCERIA E AVANÇOS

Em resposta às sugestões do setor produtivo, o presidente da Agência Ambiental, Osmar Pires, diz que há total interesse do governo em atender às solicitações e que não têm sido poupados esforços para isso. “No entanto, o processo de mudanças é complexo e demanda tempo”, argumenta.

Segundo ele, a parceria entre Estado e setor produtivo tem se desenvolvido de maneira firme e consistente. “Somos o único Estado brasileiro a conseguir que sete projetos de implanta-



Domingos Sávio: modelo de fiscalização e monitoramento precisa se modernizar

ção de co-geração de energia fossem licenciados no Pro-Infra (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia). Osmar Pires lembra que as usinas de açúcar e álcool contempladas no programa já transformam o bagaço da cana-de-açúcar em energia. O excedente dessa energia será comprado pela concessionária Celg, durante 30 anos. A Agência Ambiental anunciou para este semestre a informatização dos processos de gerenciamento e licenciamento ambiental. ■

Uma festa pela integração



Walkyr O'Dwyer, presidente do Núcleo Regional da Fieg em Anápolis, abre as homenagens feitas a Paulo Afonso e é seguido por diversas outras lideranças sindicais (página ao lado) como José Magno Pato, vice-governador Alcides Rodrigues, Luiz Gonzaga de Almeida, Antônio Almeida, Eduardo Zuppani e Flávio Ferrari

Integração foi uma das palavras mais ouvidas durante o evento que reuniu nomes de expressão do mundo político e representantes de quase todos os segmentos produtivos do Estado de Goiás, no Clube Antônio Ferreira Pacheco. Não foi nenhum encontro de negócios, mas uma comemoração ao aniversário do presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. Acabou se transformando, porém, em um ato de apoio à sua permanência à frente da entidade. Paulo Afonso assumiu a Fieg em 1999, em substituição a Aquino Porto, de quem era vice. Em 2002, foi eleito presidente. Candidatando-se novamente ao cargo, esta seria, portanto, sua segunda gestão.

A festa resultou no encontro de um número expressivo de presidentes de sindicatos e de outras entidades, lideranças classistas e políticas das mais diversas áreas, como o diretor do Sebrae, Carlos Alberto Guimarães; o presidente da Federação da Agricultura de Goiás, Marcel Caixeta; o vice-governador de Goiás Alcides Rodrigues; os secretários de Estado Jônathas Silva, da Segurança Pública, Leonardo Villela, da Infra-Estrutura, Raquel Teixeira, da Ciência e Tecnologia, e Ridoval Chiarello, da Indústria e Comércio. Tamanha união em torno das homenagens a um único nome demonstrou o que era constantemente reforçado nos discursos e saudações: Paulo Afonso tem

grande capacidade de aglutinar, de integrar os mais diversos segmentos industriais, líderes e políticos.

Convidado a permanecer presidindo a Fieg, ele respondeu, destacando o valor que atribui à cooperação: “Fico honrado com o apoio dos presidentes de sindicatos e demais pessoas aqui presentes. A responsabilidade cresce numa hora dessas. Topo continuar, mas com uma condição: que os companheiros participem e estejam ao meu lado”.

Muitos dos presentes na festa tiveram a oportunidade de expor suas avaliações do trabalho já desenvolvido por Paulo Afonso à frente da Federação e expressar manifestações de apoio à sua permanência. ■



“Ele tem feito um trabalho brilhante e conciliador. O desenvolvimento experimentado por Goiás nos últimos anos se deve em grande parte à sua atuação”.
 Joviano Teixeira Jardim – presidente do Sindicato da Indústria da Construção

“Trata-se de uma pessoa competente e democrática. É Inevitável a continuidade do mandato”.
 Luis Antônio Vessani – presidente do Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais

“Paulo Afonso conseguiu como poucos uma hegemonia no Sistema Fieg”.
 José Evaristo dos Santos – presidente da Federação do Comércio

“O empresariado goiano demonstrou maturidade ao empenhar-se na sua continuidade à frente da Fieg”.
 Afrêni Gonçalves – deputado estadual

“Ele é uma capacidade como líder classista. Sabe aglutinar o empresariado na hora da negociação. O entrosamento que a Fieg tem hoje com o Estado se deve a essa capacidade”.
 Flávio Ferrari – presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados

“Paulo Afonso criou uma marca na Fieg. Muitas obras, como a integração do Sistema S, precisam se consolidar, por isso é importante que ele fique”.
 Domingos Sávio – diretor-secretário da Fieg

“Paulo Afonso faz um trabalho fundamentado na participação de todos os segmentos da Fieg, sem discriminação”.
 Jacinto Borges – ex-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas

“Uma liderança importante, que se impôs por sua personalidade e determinação”.
 Nelson Pereira dos Reis – presidente do Grupo Anglo American e da Copebrás

“Todo administrador tem que ter a oportunidade de ser avaliado por seus pares. Vemos aqui o resultado dessa avaliação, manifesto no apoio de todos pela continuidade do Paulo à frente da Fieg”.
 Alcides Rodrigues – vice-governador de Goiás

“Eu não conhecia a Fieg antes de sua gestão, mas duvido que antes dele a instituição tenha sido conduzida com tanta eficiência. Espero que, mais tarde, ele alcance vãos maiores, pois está preparado para isso”.
 César Helou – presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios

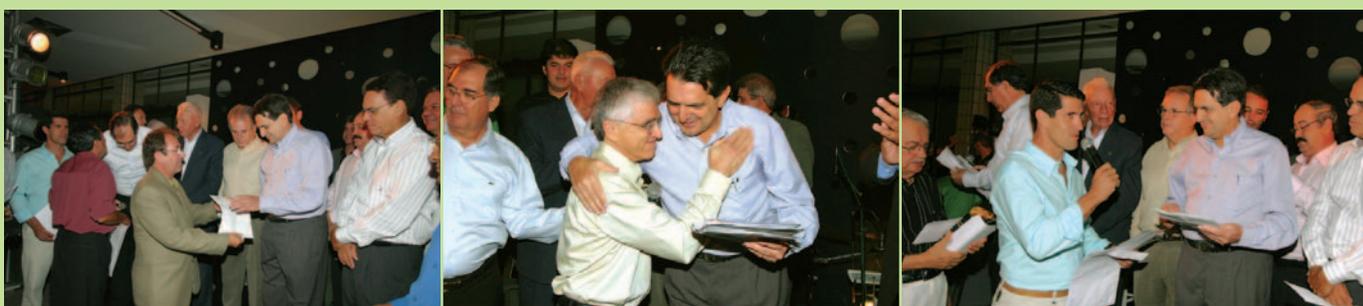
“O setor têxtil se beneficiou muito do trabalho realizado pelo Paulo. Crescemos na gestão dele”.
 Frederico Martins Evangelista – presidente do Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

“Ele é um dos grandes responsáveis pela nova onda de industrialização no Estado. Tenho orgulho de ser seu parceiro nessa tarefa”.
 Ciro Miranda – presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás

“Ele tem feito um trabalho significativo para as indústrias do Estado. Toda a diretoria do Sindicatume pede que ele permaneça”.
 João Essado – presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos

“Antes dele, nunca um vice-presidente tinha assumido a presidência da Federação. Sua participação em Anápolis é grande. Queremos que ele continue”.
 Wilson de Oliveira – presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis

“Sua permanência é fundamental no momento de transição econômica que vivemos”.
 Deocleciano Moreira Alves – presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis



Prioridade para o aprendizado

Os resultados advindos da educação levam o Sesi a priorizar o ensino em suas ações. Depoimentos evidenciam mudanças profundas operadas na vida de muitos trabalhadores

A melhoria da escolaridade básica dos trabalhadores tem se constituído num desafio para as empresas, sociedade e poder público. Em Goiás, o Programa Sesi de Educação do Trabalhador vem fazendo história e cumprindo papel importante no processo educacional. Sua criação aconteceu em 1998 e, de lá para cá, já foram beneficiados 35.896 trabalhadores. Em 2005, a previsão é de que esse quantitativo cresça até o final do primeiro semestre, sendo esperadas a realização de 10.085 matrículas.

Considerando os dados do programa Por um Brasil Alfabetizado, iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Sesi, entre 2003 e



Francisca do Carmo: "Colegas me incentivaram a concluir o curso"

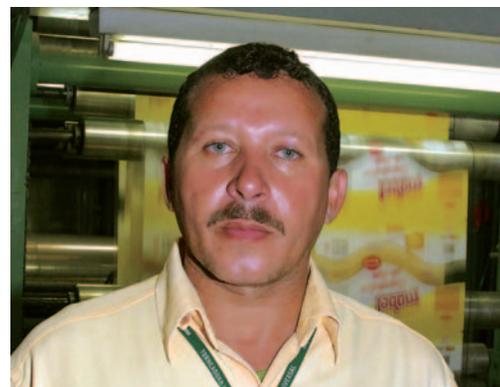
2004 foram alfabetizadas 6.791 pessoas. Para este ano, a meta é atingir 3.238 alunos. Os projetos de ensino de suplência são desenvolvidos em convênio com os governos federal, estadual e municipal, com apoio de empresas, sindicatos, associações de bairros e outros segmentos organizados da sociedade.

O propósito de freqüentar a escola decorre, na maioria dos casos, da intenção de conseguir um bom emprego, de aumentar o salário, o patrimônio, ter uma vida com mais conforto.

CAMINHO CERTO

Para muitos, o conhecimento é o caminho mais seguro para adquirir auto-estima, cidadania e competência profissional. Domingos Alves, funcionário da Mabel, e Francisca do Carmo, funcionária pública, são da opinião que as pessoas com acesso ao ensino, em seus crescentes níveis (fundamental, médio e universitário), desfrutam de uma ascensão de renda e, conseqüentemente, de melhor qualidade de vida. Já o professor Herberton de Lima, do Sesi, lembra que os países modelos, principalmente os considerados de Primeiro Mundo, têm no ensino a matéria-prima fundamental para o sucesso.

Domingos Alves, há 16 anos trabalhando na Mabel, está entre os que optaram por esticar o expediente para estudar. A situação em casa precisou ser administrada, já que esposa e os dois filhos adolescentes tiveram de superar muitos momentos sem a presença dele. Domingos relata que



Domingos Alves: "Retornar à escola foi a decisão mais acertada da minha vida"

o apoio da família e dos amigos foi o grande fator para que concluísse o ensino fundamental e médio, no Sesi de Aparecida de Goiânia. Após ser promovido para o setor de almoxarifado, ele sentiu de perto a necessidade de continuar os estudos. "Mesmo depois de ter abandonado a escola há muitos anos, não medi esforço para voltar. Tomei a decisão mais acertada da minha vida", diz.

O que mais impressionaram Francisca do Carmo na sala de aula foram o gabarito dos professores e o interesse dos colegas em colaborar para o bom rendimento da classe. "Além da cooperação deles, ajudando-me a acompanhar as matérias, quando me ausentava, ao retornar todos queriam saber o que aconteceu. Esse comportamento serviu de incentivo para que eu concluísse o curso", explica Francisca. Ela trabalha há 20 anos no setor de planejamento da Prefeitura de Aparecida de Goiânia e, no segundo semestre, prestará vestibular na área de meio ambiente. ■

Inclusão social de fato

Programa Segundo Tempo propicia convivência social em ambiente propício a uma boa educação, tendo o esporte como elo de integração entre crianças e jovens

Criado pelo Ministério do Esporte há dois anos e tendo o Sesi como seu maior parceiro, o programa Segundo Tempo é voltado para crianças e jovens de famílias de baixa renda, matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação no Brasil. A prática do esporte é a essência do programa, mas há uma série de ações integradas. Em 2004, um milhão de estudantes foram beneficiados com a iniciativa. Só o Sesi atendeu 40 mil alunos.

Moradora na Vila Jaiara, em Anápolis, a dona-de-casa Marcilene Antônia dos Santos está orgulhosa com o comportamento dos filhos Thiago de Freitas, de 9 anos, e José Carlos Júnior, de 8 anos. O dinheiro para sustentar a família vem dos baixos salários que ela e o esposo recebem. “Sonhei que eles tivessem uma chance de crescer na vida, e ela veio com esse programa. É uma preocupação e uma despesa a menos que temos. Saio tranquila para trabalhar”, diz ela.

Beatriz Ohana, de 9 anos, gosta de fazer natação e prevê que brevemente participará de campeonatos. Na opinião dela, os colegas e professores são maravilhosos. “Recebo ajuda para fazer as tarefas e meu boletim escolar melhorou bastante. Passei direto no ano passado e continuo com boas notas”, relata. José Carlos Júnior, de 8 anos, também aprova o programa. “Eu gosto das aulas e não quero mais ficar sozinho em casa sem fazer nada. Aqui posso brincar com muitos coleguinhas, comer e tirar as dúvidas de matemática”.



Aumenta o número de crianças e adolescentes atendidos pelo programa

Nilton Tocchio deixou seus afazeres para estar junto de Jean Carlo, de 10 anos, durante as atividades relacionadas ao programa. Ele conta que esse momento é aguardado com ansiedade pelo garoto, que melhorou sensivelmente o relacionamento com a família e com a escola. Para Júlio da Silva Alves, pai de Reuri, de 7 anos, e Raiane, de 9 anos,

beneficiados pelo programa, os frutos mais importantes são colhidos dentro de casa. “A Raiane tinha problemas de bronquite, só melhorou depois das aulas de natação. O médico sempre falava para colocar a menina na aula, mas eu não tinha como pagar. Agora eles têm almoço, lanche e atividades físicas de graça”, conta entusiasmado. ■

EM PRIMEIRA MÃO

Na visita que fez ao Sesi, em Anápolis, em março deste ano, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, anunciou, pela primeira vez, a renovação do programa Segundo Tempo. O ministro também concedeu um aumento no número de vagas para Goiás, que passou de 200 para 250. “E o apoio de toda sociedade é o principal agente motivador do programa. Encontro aqui uma vontade bastante grande de todos parceiros, e sei que juntos podemos fazer muito pelas crianças”, disse Agnelo Queiroz.



O aluno José Carlos de Freitas presenteia Agnelo Queiroz em nome da turma

Parceria visa diminuir acidentes

Sesi e Sebrae celebram trabalho conjunto que ajuda empresas a implementar ações com foco na prevenção de acidentes nos locais de trabalho

O projeto Saúde e Segurança no Trabalho para Micro e Pequenas Empresas, lançado em março, além de atender à legislação trabalhista, previdenciária e de saúde, ajudará as empresas a sistematizar ações de responsabilidade social, que resultam em efetiva melhoria no ambiente de trabalho.

Inicialmente, Sesi e Sebrae implantarão um projeto piloto nas indústrias dos ramos calçadista, moveleiro, alimentício e de confecções. “Esses segmentos serão atendidos com prioridade, pois é entre eles que se registram os maiores índices de acidente”, diz o gerente de Saúde do Sesi, Marco Antônio Naves. Ele aponta como vantagens do projeto o seu custo acessível e o alto nível da assessoria técnica oferecida.

Humberto Rodrigues de Oliveira, vice-presidente da Fieg e empresário do ramo moveleiro, explica que o projeto envolverá atividades teóricas e práticas, como palestra, teatro, oficinas, extensivas aos empresários e às famílias dos trabalhadores. “Assumimos uma postura compartilhada com o Sebrae para cumprirmos o que modernamente se denomina exercício da cidadania empresarial”, diz.

Na opinião de Selma Palmeira Nassar de Miranda, chefe de Saúde e Segurança da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Goiás, as empresas estão mais conscientes de suas obrigações. “Embora existem

registros de acidentes, encontramos em Goiás muitas empresas modelo”, afirma.

O indicador mais preocupante para os riscos laborais está na dificuldade de controlar a Ler (Lesão por Esforços Repetitivos) e o Dort (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). “As reduzidas pausas interjornadas, a cobrança por produtividade e o aumento do número do ciclo de tarefa por turno são problemas sérios. Ações para reverter esse quadro podem levar tempo



Humberto Oliveira fala aos empresários sobre as vantagens das medidas preventivas no trabalho

para obter resultado, mas têm que ser desenvolvidas com urgência”, enfatiza Selma Palmeira da DRT. ■

Registro de acidentes

Dados da última pesquisa realizada pela Delegacia Regional do Trabalho de Goiás, em 2003, registram acidentes em empresas dos seguintes segmentos:

Alimentação

Abate de aves.....	558
Refino de óleos vegetais.....	251
Frigoríficos.....	202
Laticínios.....	103
Especiarias (molhos, condimentos e temperos).....	25
Bolachas e biscoitos.....	15

* Caso de vítimas fatais na indústria de alimentação - 9

Moveleiro em geral.....	51
Confecção.....	47
Curtume.....	46
Calçado.....	5

* Nenhum caso de vítimas fatais

Desperdício em um país de famintos

MARIANNE FALCO

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), 10% dos brasileiros são desnutridos. No Brasil, um país de 46 milhões de famintos, joga-se no lixo, anualmente, uma quantidade de alimentos equivalente a R\$ 12 bilhões ou 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Estudo realizado no Centro de Agroindústria de Alimentos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) concluiu que o brasileiro joga fora mais do que aquilo que come. Em hortaliças, por exemplo, o total de desperdício é de 37 quilos, anualmente, por habitante. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, nas dez maiores capitais do Brasil, cada pessoa consome 35 quilos de alimentos anualmente, dois a menos do total que vai para o lixo.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, a média de desperdício de alimentos no País está entre 30% e 40%. Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, esse índice é de 10%. Não há ainda estudos conclusivos que determinem o desperdício nas casas e restaurantes, mas estima-se que no setor de refeições coletivas as perdas cheguem a 15% e, nas nossas cozinhas, a 20%.



“O brasileiro aproveita muito pouco o potencial nutritivo dos alimentos”

O problema começa na colheita, onde se perde 10% dos alimentos, cresce no manuseio e transporte (50%), nas centrais de abastecimento (30%) e termina no supermercado e no consumidor (10%).

O círculo vicioso pode ser visto em toda parte. O restaurante que prepara a abobrinha recheada, por exemplo, joga fora o miolo e as pontas. Dos repolhos que vão para o supermercado, são descartados todos aqueles que fogem do tamanho padrão. Mas há outros ralos nem sempre visíveis. Só

na agricultura, cerca de 20% de toda a produção é desperdiçada. Segundo a Embrapa, estima-se que a mecanização no transporte, a distribuição dos alimentos e a acomodação correta nas prateleiras poderiam reduzir a perda em 15%.

O quadro nutricional brasileiro mostra um aproveitamento insuficiente do potencial nutritivo dos alimentos: a fome é agravada pela ausência de iniciativas para uma melhor utilização das fontes de nutrientes disponíveis. Perde-se a complementação de baixo custo que pode ser encontrada em folhas, cascas e talos de hortaliças, vegetação espontânea, sementes e farelos produzidos no beneficiamento de cereais como arroz e trigo. Por falta de informação, joga-se fora a parte mais rica dos alimentos.

O crescimento da população mundial, mesmo que amparado pelos rápidos avanços da tecnologia, nos faz crer que o desperdício de alimentos é uma atitude injustificável. É possível minimizar os efeitos da fome com programas sociais flexíveis e práticos, de custo reduzido e aplicação imediata. É nesse contexto que se insere o Programa Cozinha Brasil, uma iniciativa do Serviço Social da Indústria (Sesi) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. ■

Marianne Falco é nutricionista do Programa Cozinha Brasil, do Sesi Goiás

Segurança testada

Indústria farmacêutica busca no ICQ Brasil a conformidade técnica para aprimorar processo produtivo e adequar seus produtos às exigências da legislação

Trabalhar sem a certificação é trabalhar ilegal. Com essa premissa, a Real Puríssimo, indústria de produtos farmacêuticos, adequou e certificou as embalagens plásticas utilizadas para envase do álcool 70%. Embora a certificação de embalagens plásticas para álcool seja compulsória, essa exigência da Norma Brasileira (NBR) 5991 atesta que o produto foi fabricado de forma a atender a padrões mínimos de segu-

rança e qualidade. “Por isso nos adequamos à Resolução 46, de 20/2/02, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que regulamenta todas as graduações para a fabricação do álcool etílico hidratado”, explica Juliana de Lima Barcelos, farmacêutica responsável da empresa. ■



Cresce demanda das empresas para certificação de embalagem. A medida reflete ganhos para o consumidor

Produtos com certificação compulsória

- Brinquedos
- Cabos e cordões flexíveis
- Capacetes para motociclistas e similares
- Cilindros de aço para gás natural veicular
- Embalagem plástica para álcool
- Extintores de incêndio
- Filtro prensa para óleo diesel
- Fios e cabos isolados até 750V
- Fósforo
- Interruptores, plugues e tomadas
- Mamadeiras
- Mangueira de PVC
- Pneus novos
- Preservativos masculinos
- Reatores de lâmpadas fluorescentes tubulares
- Regulador de pressão de gás liquefeito de petróleo



Prêmio SESI Qualidade no Trabalho

Quem já participa sabe o valor que tem.

Está na hora de mostrar que sua empresa investe na qualidade de vida de seus trabalhadores. Participe do Prêmio SESI Qualidade no Trabalho. Se você já sabe como é bom ser reconhecido por sua equipe, melhor ainda será o reconhecimento da sociedade.

Inscrições até 8 de junho de 2005
www.sesi.org.br

Informações: SESI Goiás
Fone: (62) 219-1391 / 219-1332

Realização:



Apoio:



Ministério do Trabalho e Emprego
GOVERNO FEDERAL

Precisão no processo industrial

Rede Metrológica se constitui em importante instrumento para auxiliar as empresas a serem mais competitivas, além de beneficiar o consumidor com produtos de qualidade

O IEL e o Sebrae celebraram a efetivação da Rede Metrológica Goiás, em evento realizado em março deste ano. A ciência das medições, como é denominada a metrologia, está presente no dia-a-dia de qualquer cidadão, ao garantir a qualidade de produtos e serviços por meio da calibração de equipamentos e ensaios laboratoriais. Os procedimentos metrológicos facilitam o acesso aos padrões vigentes de qualidade, em nível nacional e internacional. “A metrologia é de suma importância para a competitividade das indústrias”, comentou o presidente do conselho consultivo da Rede, Heribaldo Egídio.

A iniciativa dotará Goiás de capacidade técnica, tecnológica e de mão-de-obra especializada, por meio de laboratórios que atuam de forma interligada. “A existência da Rede virá aprimorar os serviços de calibração e ensaio, essenciais na aferição correta do peso ou volume dos produtos, em conformidade com as informações contidas nas embalagens”, explicou Egídio. A Rede Metrológica Goiás é parceira do Inmetro, órgão responsável pela fiscalização de peso e unidade de medida dos produtos. Caberá a ela garantir a capacitação técnica dos serviços prestados pelos laboratórios de metrologia.



Lançamento da Rede Metrológica conta com a presença de autoridades e empresários

O governo estadual, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, também é parceiro nessa iniciativa. “Com a Rede, estamos aptos a transformar o conhecimento que temos nos centros de estudos e pesquisas, em medidas, equações e ações que protejam a qualidade daquilo que é oferecido ao consumidor”, disse a secretária Raquel Teixeira. A submissão dos produtos a uma bateria de análise segundo critérios pré-estabelecidos aumentará a capacidade das indústrias goianas de competir em outros mercados.

Um exemplo disso, Furnas tem

um trabalho de metrologia consolidado, que se tornou referência em Goiás. De acordo com o gerente adjunto do Departamento de Apoio e Controle Técnico, Nilton Goulart, são realizados nos laboratórios da empresa medições de equipamentos e ensaios de solo e asfalto, concreto, mecânica das rochas, de água, análise de sistemas construtivos, calibração de termômetros, de aparelhos de medir pressão, de balanças e de pesos padrões, além de ensaios para medir a deformação do concreto ao longo dos anos em construções pesadas, como barragens de hidrelétricas. ■

Registrados pela qualidade

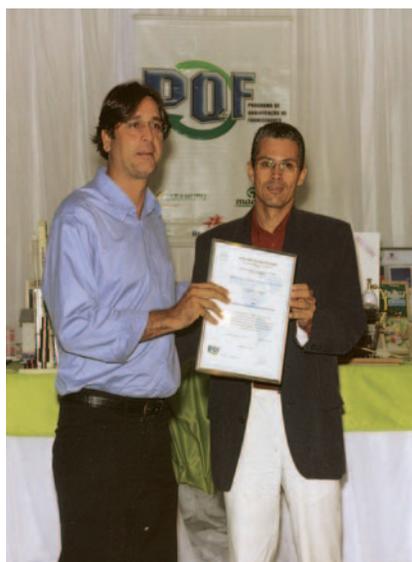
IEL qualifica empresas para atender à demanda de grandes indústrias. A preferência cresce por fornecedores treinados conforme o perfil e necessidades de cada uma

Pequenas e médias empresas do Estado estão tendo a oportunidade de se habilitarem como fornecedoras cativas de serviços e produtos para grandes indústrias nacionais. Isso está sendo possível graças ao Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), implantado em 1999 pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Já foram qualificadas 70 empresas.

O programa aproxima o industrial e o fornecedor e trabalha toda a cadeia produtiva do negócio, além de fortalecer a economia local. Na cidade de Itumbiara, Sul de Goiás, por exemplo, o vice-prefeito, Francisco Domingos, destaca a importância do PQF para a competitividade do município. “É muito bom estarmos inseridos nesse processo de qualidade, pois nossas chances de atrair novos negócios foram ampliadas”.

Ao garantir o desenvolvimento dos fornecedores, os compradores saem beneficiados. A qualidade dos produtos e serviços afeta diretamente o desempenho das indústrias. O programa cria vínculo e comprometimento ainda maior entre as partes envolvidas no processo, ampliando a capacidade que ambos têm de agregar valor e conferir excelência aos produtos.

Integrante do comitê gestor do PQF em Itumbiara e parceira do IEL no projeto, a Caramuru Alimentos assistiu de



Luciano Marques (E), da Mesil, recebe certificado de participação no PQF

perto aos resultados nas indústrias. Para o diretor-presidente da empresa, Alberto Borges Souza, o programa conduz ao sucesso das relações comerciais, interna e externamente, pois “o investimento em qualidade motiva todos os empreendedores e a cadeia produtiva a enriquecer suas práticas e ser mais

ativos no mercado”. Outras grandes empresas participam do PQF e vêm também apostando nos resultados positivos, dentre elas a Maeda, Braspelco e Usina Alvorada.

Depoimentos de fornecedores atestam as mudanças promovidas em toda a gestão das empresas qualificadas pelo programa. O comprometimento entre as partes criou um clima de segurança que tem levado os fornecedores a investirem no próprio negócio, notadamente em tecnologia e recursos humanos.

Ao colocar na balança o que gastou com o processo e o que já recebeu, Luciano Marques, da Mesil, empresa do ramo de metalurgia estrutural, diz ter acertado na decisão de participar do PQF. “Nossa empresa cresceu. Temos respaldo técnico que nos dá segurança para atender nossos clientes em Itumbiara e buscar novos contratos. Hoje, estamos atuando nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso”. ■

Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF)

O programa segue fases operacionais que abrangem da sensibilização dos fornecedores até a avaliação de desempenho dos mesmos. A capacitação das empresas ocorre por meio de visitas técnicas, seminários de repasse teórico da NBR ISO 9001 e auditorias.

Locais onde o PQF está sendo implementado

- Goiânia
- Anápolis
- Itumbiara
- Minaçu

Desenvolvimento chega ao interior

Parceria entre IEL, Senai e Ministério da Integração Nacional contribui para o desenvolvimento de municípios por meio de arranjos produtivos locais



Carlos Gadelha fala sobre os programas regionais e a participação das entidades

Convênio firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Senai, beneficia cinco municípios goianos, com recursos da ordem de R\$ 2,5 milhões.

O dinheiro será aplicado na formação dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL's), aglomerações de empresas localizadas num mesmo território, que apresentam especialização em igual ramo de negócios. O trabalho começa por identificar a potencialidade de cada um dos municípios – Valparaíso (móveis), Águas Lindas (confeção), Cris-
 tiali-

na (artesanato mineral), Pirenópolis (quartzito) e Luziânia (fruticultura).

As ações a serem implementadas vão desde capacitar os cidadãos nas atividades desenvolvidas dentro desses conglomerados, estruturar a produção industrial, organizar e treinar os produtores, melhorar a qualidade dos produtos com a introdução de novas tecnologias, até desenvolver estratégias de comercialização que insiram o produto no mercado.

De acordo com o secretário de Programas Regionais do Ministério da Integração, Carlos Augusto Gadelha, a iniciativa é reflexo de uma visão de desenvolvimento regional recente, visto

que nos últimos 25 anos o País não tinha política voltada para esse segmento. “Os arranjos vão estruturar os setores produtivos com maior potencial nessas cidades, propiciando melhor distribuição de renda”, prevê.

Os municípios foram definidos pelo Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (Ride), conforme a necessidade de inclusão no processo econômico, pela riqueza de recursos e potencial de geração de emprego. O gerente da Ride, Fernando Safatle, acredita que o programa terá efeito multiplicador, já que serão constituídos comitês gestores locais para definir prioridades e administração dos APL's.

A atenção dada pelas instituições envolvidas no projeto à formação de APL's mostra o quanto a idéia favorece as comunidades, que são orientadas a adotar práticas empreendedoras, capazes de gerar emprego e garantir a sustentabilidade do negócio. “A Fieg se engaja num trabalho de extrema importância para Goiás”, diz o presidente Paulo Afonso Ferreira, ao comentar que cabe às instituições estimular a modernidade da economia regional, capacitar empresários e dar suporte ao aperfeiçoamento tecnológico das empresas. “É uma forma inteligente de gerar empregos e riquezas, reduzindo custos e riscos”, acrescenta o vice-governador de Goiás, Alcides Rodrigues. ■

Secretário recebe industriais

Após conversar com os presidentes de vários sindicatos da indústria, José Paulo Loureiro considerou proveitosa a visita que fez à Fieg e disse que aprende com os empresários

Durante uma manhã inteira o secretário da Fazenda, José Paulo Loureiro, recebeu os presidentes de sindicatos, conjuntamente, na Casa da Indústria, para discutir os problemas inerentes aos setores industriais que representam. Liderados pelo presidente da Federação das Indústrias (Fieg), Paulo Afonso Ferreira, os empresários sentiram-se à vontade para também levar sugestões e idéias a José Paulo Loureiro, que considerou o encontro bastante positivo.

Uma preocupação comum entre os presidentes de sindicato é com a competitividade dos produtos goianos em outros mercados. Nesse contexto, foi discutida a possibilidade de adoção de alíquotas diferenciadas de ICMS para diversos produtos. Também foi abordada a questão da sonegação fiscal, que, na opinião dos empresários, precisa ser combatida para não sacrificar ainda mais os que trabalham de forma legal. José Paulo Loureiro concordou

e disse que “se o Estado não agir com rigor, corre o risco de se tornar a terra da informalidade”. Abaixo, os presi-

dentes de sindicatos expondo suas reivindicações ao titular da Secretaria da Fazenda. ■



José Paulo Loureiro reúne-se com presidentes dos sindicatos das indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia, Construção, Produtos de Cimento, indústria Farmacêutica, Alimentação de Anápolis, Açúcar e Álcool, dentre outros

SIAGO

Posse em clima de comemoração

A posse da diretoria eleita para o triênio 2005-2008 no Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Goiás (Siago) constituiu-se numa grande festa, reunindo autoridades do mundo político e empresarial de Goiás e presidentes de sindicatos de vários segmentos da indústria. O evento ocorreu dia 1º de abril, no auditório João Bennio, na Casa da Indústria. Em nome do setor, o presidente reeleito, Pedro Alves de Oliveira, homenageou Marconi Perillo, conferindo-lhe o Diploma e a Medalha do Mérito Industrial do Arroz. A iniciativa veio após o governador ter autorizado a redução do ICMS sobre o arroz e o feijão, de 12% para 3%. De acordo com Pedro Alves, a medida incentivava a produção no Estado, que já esteve em 2º lugar no ranking nacional, caindo para a 8ª colocação, posição que ocupa atualmente.



Governador Marconi no momento em que recebe homenagem das mãos de Pedro Alves

A diretoria eleita para o Sindicato da Indústria do Arroz é composta por: Pedro Alves de Oliveira, presidente; Jerry de Paula, 1º vice-presidente; José Nivaldo de Oliveira, 2º vice-presidente; Rubens Luiz Bernardes, te-

soureiro; Adilson Álvares, 1º vice-tesoureiro; Leonardo S. Martins, 2º vice-tesoureiro; Adonel Jorge, secretário; Anderson Araújo, 1º vice-secretário, e Cássio M. Almeida, 2º vice-secretário.

SINDIREPA

Novos diretores buscam parceria

O Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa) também empossou nova diretoria, no último mês de abril, para a gestão do triênio 2005-2008. Os integrantes são: Aldrovando Divino de Castro Júnior, presidente; Edmar Sabino Neves, 1º vice-presidente; Valberto Luís Brandão, 2º vice-presidente; Domingos Sérgio Tocafundo, 1º tesoureiro; Luís Eurípedes da Silva, 2º tesoureiro; Walter Antônio Moura Júnior, 1º secretário; Benedito Martins, 2º secretário; João

Ferreira e Sousa, conselheiros fiscais. Aldrovando Divino de Castro Júnior e Edmar Sabino Neves passam a ocupar também o conselho de representantes junto à Fieg.

A nova diretoria está irmanada com o Sindicato da Indústria de Funilaria e Pintura do Estado de São Paulo (Sindifupi) na adoção de medidas contra o que chamam de “ações predatórias das seguradoras”, o que culminou com a desfiliação do Sindirepa da Associação Brasileira das Reparadoras Independentes de Veículos (Abrive).



Aldrovando assina termo de posse como presidente do Sindirepa

Centro de reabilitação se torna referência

SÉRGIO DAHER

Em sintonia com seu crescimento econômico, Goiás tem alcançado destaque nacional nos serviços prestados por inúmeras especialidades médicas. Ao contrário do que ocorria há alguns anos, pessoas de outros Estados brasileiros, inclusive de importantes centros urbanos, buscam aqui, em nosso centro, tratamento em inúmeras áreas, tais como cardiologia, ortopedia, oftalmologia, oncologia e queimaduras.

No entanto, mesmo com todo o avanço na área da saúde, havia uma lacuna no que se referia ao tratamento dos portadores de deficiência física e auditiva. Para suprir essa necessidade urgente, o governo estadual criou o Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER), cuja gestão foi atribuída à Associação Goiana de Integralização e Reabilitação (AGIR), associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social.

Hoje, com pouco mais de dois anos de funcionamento, atendendo inclusive pacientes de outros Estados, o CRER se firma como centro de referência em reabilitação, ao oferecer tratamento multiprofissional, que envolve vasta gama de especialidades. Diferentes clínicas médicas prestam apoio ao tratamento terapêutico, visando à reabilitação global do paciente,



“Diferentes clínicas médicas prestam apoio ao tratamento terapêutico”

sendo respeitada a especificidade de cada um, ao indicar as formas de terapia mais apropriadas, dentre as quais estimulação cognitiva, estimulação precoce, equoterapia, fisioterapia, hidroterapia, musicoterapia, natação terapêutica, oficina artesanal, psicologia e terapia ocupacional.

Quanto à perspectiva de futuro, o centro de reabilitação prevê iniciar sua expansão física e funcional, ampliando a capacidade de atendimento, em resposta ao crescente número de pessoas que vêm em busca de tra-

tamento que possibilite melhorar sua qualidade de vida.

No caminho de conquistas trilhado até então, o CRER precisou contar com a colaboração efetiva da sociedade, que pouco-a-pouco vem despertando para a necessidade de garantir aos portadores de deficiência física e auditiva um tratamento digno e de qualidade. Parcerias foram firmadas com os governos, empresários, profissionais liberais e com todos os demais segmentos da sociedade.

Enquanto organização social sem fins lucrativos, o CRER apresenta-se como patrimônio de toda a sociedade goiana, abrindo-se para que esta participe ativamente do seu dia-a-dia através do projeto Voluntários que Crêem. O objetivo é criar espaços no Centro que possibilitem aos cidadãos doar sua parcela de contribuição à execução dos trabalhos oferecidos, colaborando efetivamente para que, em Goiás, os portadores de deficiência física e auditiva alcancem melhor qualidade de vida.

Pelo espaço que o Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo veio preencher, é notória a importância de sua missão. À sociedade cabe envolver-se efetivamente, através de campanhas para captação de recursos, de doações, de trabalho voluntariado, garantindo sua manutenção e seu crescimento contínuo.

Sérgio Daher é superintendente executivo do Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER)

SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia / GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
 Presidente: Sandro Mabel
 Fone (62) 224-4253 Fax 224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
 Presidente: Orlando Alves Carneiro
 Fone (62) 212-6092 Fax 212-6092 - sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
 Presidente: Antônio de Sousa Almeida
 Fone (62) 223-6515 Fax 225-4988 - sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
 Presidente: Hélio Neves
 Fone/Fax (62) 224-4462 - contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
 Presidente: Jorge Luiz Biazuz Meister
 Fone (62) 229-2427 Fax 224-5405 - simplago@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
 Presidente: Sávio Crivinel Câmara
 Fone (62) 212-7473 Fax 212-5249 - sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Alberto Diniz
 Fone/Fax (62) 224-5583

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
 Presidente: Daniel Viana
 Fone (62) 223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
 Presidente: Fábio Rassi
 Fone (62) 224-9983 Fax 223-6667 - sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
 Presidente: Flávio Ferrari
 Fone (62) 225-8412 Fax 225-8402 - sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
 Presidente: José Magno Pato
 Fone/Fax (62) 229-1187 e 212-1521 - sindicarne@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
 Presidente: João Essado
 Fone (62) 213-4900 Fax 212-3970 - sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
 Presidente: José Luiz Martin Abuli
 Fone (62) 225-7888 - sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
 Presidente: César Helou
 Fone (62) 212-1135 Fax 212-8885 - sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
 Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
 Fone (62) 225-1076 Fax 225-1016 - sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás
 Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior
 Fone (62) 224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares
 Fone/Fax (62) 224-7296 - sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
 Presidente: Aluísio Quintanilha de Barros
 Fone (62) 223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Cimento, Cal e Derivados no Estado de Goiás
 Presidente: Raimundo Viana Dutra
 Fone (62) 223-6667 Fax 224-9983 - sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIM

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
 Presidente: Marley Antônio da Rocha
 Fone (62) 224-0456 Fax 224-0338 - siac@sistemafieg.org.br

SINQUIFAR

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
 Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
 Fone (62) 212-3794 Fax 225-0074 - sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
 Presidente: Roberto Guimarães Mendes
 Fone/Fax (62) 225-8933 - invest@sistemafieg.org.br

SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
 Presidente: Pedro Alves de Oliveira
 Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
 Fone (62) 251-3166 Fax 251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 274-3133 Fax (62) 251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 274-3133 (62) 251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
 Presidente: Luís Antônio Vessani
 Rua T-30, nº 2.105 - Setor Bueno - CEP 74215-060 - Goiânia - GO
 Fone/Fax (62) 285-7009 - vessani@netgo.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
 Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
 Rua Costa Gomes, n. 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550
 Rio Verde - GO
 Fone/Fax (64) 613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
 Presidente: Frederica Martins Evangelista
 Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO
 Fone Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
 Presidente: Joviano Teixeira Jardim
 Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3095-5155 Fax 3095-5176/5177 - contato@sinduscongoias.com.br

SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis / GO
 CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 324-5768 / 311-5565
 e-mail: sind.industria@terra.com.br

SIAA

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis
 Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
 Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
 Presidente: Elton de Teles Campos

SINCERAM

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
 Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
 Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Compromisso com a Inovação

Um dos fatores que a Nortel prioriza é o investimento em tecnologia, para garantir a excelência dos mais de 45 mil itens de produtos que oferece. Dentre eles destacamos os materiais elétricos:

- Fios e cabos;
- Motores;
- Comandos e sinalização;
- Tubos e conexões;
- Automação;
- Iluminação;
- Distribuição e proteção elétrica;
- Segurança e identificação industrial;
- Montagem de painéis elétricos de baixa e média tensão.



SIEMENS

PHILIPS

elecon



Nortel *in* company

www.nortel.com.br

Av. Assis Chateaubriant, 1844 QD R-17, LT-7E/20 Setor Oeste - Goiânia - GO
Tel.: 55 62 251.3600 - Fax.: 55 62 251.4318 - e-mail: goiania19@nortel.com.br